



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 12ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear o jornal "Super Notícia" pelos 10 Anos de Sua Fundação
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/5/2012

Presidência dos Deputados Rômulo Veneroso e Fred Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Entrega de placa - Palavras da Sra. Laura Medioli - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
Durval Ângelo - Fred Costa - Rômulo Veneroso.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Veneroso) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Durval Ângelo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o jornal "Super Notícia" pelos 10 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Laura Medioli, Presidente da Sempre Editora; os Exmos. Srs. Weliton Prado, Deputado Federal, representando a Câmara dos Deputados; e Sérgio Fernando, Vereador, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Leo Burguês; a Exma. Sra. Marília Campos, Prefeita Municipal de Contagem; e os Exmos. Srs. Luiz Tito, Vice-Presidente da Sempre Editora; e Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registrarmos a presença do Exmo. Sr. Vereador Daniel Nepomuceno.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Jovem de Contagem, sob a regência de Renato Almeida.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Durval Ângelo

Minhas senhoras, meus senhores, jovens aqui presentes, boa noite. Boa noite especial aos telespectadores da TV Assembleia, que nos assistem hoje, tanto no canal de assinatura, como em canal aberto em toda a Minas Gerais. Uma saudação especial à Mesa, ao Deputado Rômulo Veneroso, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, que justificou sua ausência em função do Congresso da Unale, que acontece em Natal, cuja abertura é hoje. Também uma saudação ao companheiro de partido, colega nosso por dois mandatos, Deputado Federal Weliton Prado, representando a Câmara dos Deputados Federais; à Sra. Laura Medioli, Presidente da Sempre Editora; ao Sr. Luiz Tito, Vice-Presidente da Sempre Editora, amigo, pessoa que sempre tem uma interlocução muito séria com o Poder Legislativo; ao Vereador Sérgio Fernando, representando o Vereador Léo Bргуêns, Presidente da Câmara Municipal. Aguardamos a presença da Sra. Marília Campos, Prefeita de Contagem, que já está a caminho.

O Deputado Délio Malheiros encaminhou uma pequena saudação dirigida à Sra. Laura Medioli e a todos os presentes: “Gostaria muito de estar presente nesta noite em que o jornal ‘Super’ está sendo homenageado. Tenho muito orgulho de ser um dos seus colaboradores semanalmente. Entretanto, neste mesmo dia e hora, estou participando de uma reunião na Ordem dos Advogados, recebendo candidatos, pelo PV, a Prefeitos de todo o Brasil. Esse compromisso eu já havia assumido anteriormente e esta é a razão do meu não comparecimento a esta solenidade. Um grande abraço. Felicidades. Eu queria me sentir presente na presença de vocês”.

Vivemos a sociedade do efêmero, fugaz, passageiro, onde tudo que é sólido se desmancha no ar. São tempos de uma sociedade onde o mito do tempo se impõe como a ditadura, dentro da lógica de uma sociedade de mercado, muitas vezes de futilidades. Quero me reportar aqui a dois mitos fundantes da forma de compreensão do mundo da sociedade grega, que nos remetem a essa reflexão sobre o tempo. Primeiro o mito Cronos, divindade suprema da segunda geração de deuses da mitologia grega, e Titã, correspondente ao deus romano Saturno. Daí a palavra de sempre referenciar o tempo na referência da cronologia. E por que isso? Porque depois de chegar ao poder como rei, Cronos, com medo de ser destronado, engolia os filhos que nasciam - com medo do poder.

O tempo cronológico muitas vezes é também esse engolir de coisas, que acabam sendo passageiras, fugazes, mas que são fundamentais para viver. Diz-nos a mitologia que a mãe de Zeus, Reia, enganou Cronos dando para ele engolir uma pedra em vez de Zeus, que, depois que cresceu, depois que chegou à idade adulta, vingou-se do pai, Cronos, fazendo com que vomitasse seus cinco irmãos que ele havia engolido. Depois Zeus tornou-se o senhor do céu e divindade suprema da chamada terceira geração dos deuses da mitologia grega. É interessante que nessa interpretação do tempo como Cronos da mitologia grega, temos uma outra visão por meio de Kairos, filho de Zeus, que foi o deus do tempo, das estações, o chamado deus do tempo oportuno, do tempo diferenciado, do tempo com significado, que acabou destronado e enfrentando a ditadura da visão do tempo no aspecto da cronologia de Cronos. É interessante que os pitagóricos chamavam Kairos de deus da oportunidade.

Hoje, ao celebrarmos os 10 anos do jornal “Super” em Minas Gerais, poderíamos falar da perspectiva cronológica. Estamos celebrando uma data quase que por uma obrigação, um dever e um reconhecimento. Mas quero dizer um pouco mais. Essa data tem um sentido mais cairoológico do que cronológico. Na realidade, hoje, o que nos remete - o Luiz Tito sabe muito bem do que estou falando - é que a Super Editora mudou o conceito de jornalismo e de imprensa livre, em Minas Gerais, a partir de 1996, com o jornal “O Tempo”, porque foi criado em Minas um jornal com uma linha editorial independente, com zelo muito significativo com a cobertura política. Especialmente nesses 18 anos como parlamentar, “O Tempo” sempre foi um grande parceiro das grandes causas da Comissão de Direitos Humanos, onde estou durante esse tempo. O Eron, que está presente, ainda jovem jornalista, se lembra muito bem de grandes embates que tivemos e que, nas páginas de “O Tempo”, conseguimos sensibilizar o governo para que um policial fosse afastado ou que uma reivindicação, nas áreas da saúde ou da justiça trazidas à Comissão de Direitos Humanos, fosse atendida.

O “Super”, criado em 1º/5/2002, é uma das faces dessas inovações trazidas pela Super Editora. Foi o primeiro jornal de Minas, nos 200 anos de imprensa neste Estado, que chegou ao topo da lista dos jornais nacionais mais vendidos, atingindo principalmente as classes B, C e D. O tabloide consegue trazer uma notícia popular, com preço também popular, invocando aspectos fundamentais das coberturas política e cultural. Hoje, a média de venda atinge 305.188 exemplares, em uma cobertura de 344 cidades de Minas Gerais, além de Brasília, São Paulo, Guarapari e Vitória. Esse sucesso inclui proposta gráfica e editorial que visa a uma leitura fácil, rápida e agradável e promoções com brindes exclusivos e de baixo custo.

Ao mesmo tempo, é um jornal que chegou ao gosto popular da maioria da cidade ao preço de R\$0,25 e desbancou grandes jornais em Minas Gerais com essa linha editorial inovadora. Isso, por si só, já mostra que não estamos aqui meramente lembrando de um acontecimento, mas trazendo à discussão uma proposta gráfica inovadora que aponta, realmente, perspectivas para, cada vez mais, popularizar e fazer a leitura chegar à maioria da população.

O criador dessa estrutura, empresário e ex-Deputado Federal Vittorio Medioli, mostrou a sua ousadia, a sua coragem, Laurinha, ao lançar um jornal independente e nos trouxe esses dois órgãos de imprensa para Minas Gerais. E gostaria, ao lembrar um artigo de 28/8/2011 de Vittorio Medioli, de falar de um momento muito especial da sociedade brasileira, quando afloravam denúncias de corrupção e quando uma CPI se instalava no Brasil - aqui em Minas elas são proibidas, ceifadas, como tanta coisa que não pode circular em Minas Gerais.

Mas eu gostaria de lembrar a reflexão sobre o Rei filósofo Marco Aurélio, um personagem sempre presente - recentemente, no último final de semana, ele foi lembrado em outro artigo de Vittorio Medioli -, que governou Roma de 161 a 180 d. C., e o grande objetivo desse Rei filósofo era o ideal de Platão: “Ter-se-á um bom governo quando os filósofos, aqueles que têm amor à verdade, chegarem a ser reis, ou reis se transformarem em bons filósofos”. Estoico, helenista, devotado à simplicidade, Marco Aurélio, desde tenra idade, foi educado a jejuar, a dispensar luxos, a alimentar-se apenas do estritamente necessário, a ler, a estudar, a deitar-se sem colchão, a meditar e a conter os baixos instintos.

Acho que hoje, mais do que nunca, neste momento de dificuldades da política que nós vivemos, devemos pensar nesse grande Rei filósofo, que, de alguma forma, transformou seu ideal de vida, como um grande inimigo do fausto, amigo da justiça, religioso,



humilde, benévolo, humano, firme na prática dos deveres e sempre com a preocupação de velar pela saúde e conservação dos homens. As palavras de Vittorio Medioli, ao falar do Rei filósofo, nós devolvemos a ele, que teve essa grande ousadia de construir em Minas Gerais um jornal que pudesse ser porta-voz de uma nova forma de se fazer política, com independência, com autonomia. Você pode ter certeza disso: matérias que, muitas vezes, não saem em outros jornais, vamos encontrar no “Super”, vamos encontrar no jornal “O Tempo”. Então, aqui o nosso reconhecimento, dizendo, como termina o artigo de Vittorio Medioli, que o Rei filósofo foi o único relâmpago no meio de uma noite interminável de tristeza. E a gente diz também que o “Super” e “O Tempo” são esses relâmpagos nestas noites que vivemos com a falta de liberdade de imprensa em Minas Gerais, onde, infelizmente, a grande maioria da imprensa acaba sendo teleguiada ou dirigida para interesses e objetivos que não são do compromisso com a verdade tão sonhada pelo Rei filósofo.

Termino dizendo: a homenagem que prestamos hoje ao “Super”, queremos estendê-la a todos os servidores, queremos estendê-la aos funcionários e aos jornalistas da Sempre Editora, num tributo, pois acho que essa obra é feita porque há toda uma equipe que trabalha e se preocupa com ela.

Como dizia, ao receber o Prêmio Nobel de Física, Einstein, parafraseando Isaac Newton: “Enxergo longe porque estou sempre nos braços de gigantes”. Luiz Tito, Laurinha e Vittorio Medioli, a equipe de jornalistas, a equipe de servidores do “Super” e do “O Tempo” são os melhores que nós temos na imprensa mineira. São eles que garantem essa qualidade e esse sucesso. A eles o nosso reconhecimento.

E termino aqui, agradecendo à Orquestra Jovem de Contagem e ao regente e professor Renato Almeida, que sempre abrilhantam as nossas atividades e comemorações nesta Casa. É um trabalho bonito, desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Contagem, que hoje tem muitos projetos na periferia, como a música na escola, o apoio à Orquestra Jovem, que brilhou ano passado no exterior, e o Projeto Educação pelo Tambor, que envolve cerca de 2 mil jovens trabalhando com música nas escolas. Vocês mostram qualidade em tudo isso. Com ideal, com a música e com as boas coisas na vida, seremos cidadãos e exerceremos a cidadania. Esperamos que todo esse trabalho de apoio da Prefeitura amplie cada vez mais a experiência que vocês estão realizando em Contagem. Parabéns. Parabéns também ao jornal “Super” pelos 10 anos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Rômulo Veneroso, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à Sra. Laura Medioli, Presidente da Sempre Editora, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “A democratização da informação e o estímulo à leitura são ações imprescindíveis no processo constante de globalização em que vivemos. Atento a essa realidade, o Grupo Sada, por meio da Sempre Editora, lançou no mercado mineiro, em 1º/5/2002, um jornal que viria a se tornar, pouco tempo depois, um sucesso de vendas: o Super Notícia. Com a proposta de uma leitura prazerosa e simples e de um conteúdo diversificado, o tabloide consolida cada vez mais sua liderança na imprensa mineira e nacional, ditando novos rumos para a produção jornalística. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, reconhecendo o valor do jornal 'Super Notícia' para o Estado e para o País, rende a ele justa homenagem pelos 10 anos de sua fundação”.

O Sr. Presidente - Gostaria de aproveitar e convidar o nosso Deputado Durval Ângelo para nos acompanhar na entrega desta justa homenagem. Também convido o Deputado Fred Costa para nos acompanhar nesta entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Laura Medioli

Boa noite. Antes de tudo, gostaria de agradecer ao responsável pelo requerimento desta sessão solene em homenagem ao jornal “Super Notícia”, Deputado Durval Ângelo, que teve uma especial atenção para com a comemoração dos 10 anos de sua circulação. Esse jornal nasceu em Contagem e continuará em Contagem, onde o Deputado Durval Ângelo foi Vereador por vários mandatos e Deputado Estadual há alguns anos. Agradeço ao Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, representado na pessoa do meu querido amigo Deputado Fred Costa, e aos parlamentares que ocupam a Mesa. Cumprimento ainda o Exmo. Sr. Deputado Federal Weliton Prado, representando neste ato a Câmara dos Deputados; o Exmo. Sr. Vereador Sérgio Fernando, representando o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Léo Burguês; a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Contagem, nossa grande amiga Marília Campos; o Sr. Vice-Presidente da Sempre Editora, meu sempre amigo e companheiro Luís Tito; o Exmo. Sr. Deputado Rômulo Veneroso, DD. Deputado Estadual, representando Betim, cidade onde nasceu a Sempre Editora; o Exmo. Sr. Deputado Durval Ângelo, os senhores e senhoras. O jornal nasce carregando a utopia de ser eterno, de assistir às gerações passando pelas suas páginas e de se manter jovem, cada vez mais forte e moderno, menosprezando a regra universal do desgaste e da decadência que se acumula com os anos.

Quando lançamos o primeiro jornal diário de distribuição regional, “O Tempo”, em novembro de 1996, a sensação era de estar decolando com uma espécie de avião sem trem de pouso. O grande desafio era crescer no Estado que, no fim do século passado, aparecia em 23º lugar em número de leitores entre os 27 da Federação. “O Tempo” já nasceu na policromia, impresso de forma a manter as mãos e as consciências limpas. Atuamos com equipamentos gráficos de ponta e ecologicamente corretos. Até no tamanho da folha impressa, escolhemos um corte de papel que, a cada impressão, contrariando a tendência da época, economizava cerca de 3cm. Procuramos também equipamentos de alta definição e de controle digital, que permitiram diminuir a espessura desse mesmo papel. No fim de um ano, isso representou uma economia de 3.000t de papel impresso, o equivalente a uma carga de 120 carretas, que, uma atrás da outra, ocupariam 2km de via pública. Também foi nossa preocupação usar tinta de origem vegetal. “O Tempo” foi o primeiro jornal a se livrar de resíduos químicos, mesmo quando custava mais caro a fotografia digital. Hoje somos uma empresa sem resíduos poluentes e com resíduos 100% recicláveis.

Mas a preocupação principal foi apresentar as notícias numa impressão clara, moderna, atraente, fácil de ser lida e consultada. Nosso projeto gráfico inicial seguiu atualizações constantes, que sempre anteciparam tendências. Nesse contexto, dentro desses princípios, ao se completar o sexto ano de vida de “O Tempo”, surgiu a ideia de lançar um jornal popular que quebrasse paradigmas e



abrisse novas fronteiras à informação, ampliando-a, não no sentido das classes A e B, nas quais “O Tempo” ganhava a cada dia mais importância e consenso, mas no sentido das classes C e D.

Lembro-me, como se fosse hoje, do meu marido, Vittorio Medioli, sentado à mesa da varanda, fazendo projetos e anotações. Rabisca em um canto, anotava em outro e, com uma pequena calculadora na mão, fazia contas. Estudava a viabilidade do projeto, com seus riscos, desafios e propostas. Era o primeiro passo em direção ao surgimento do pequeno grande jornal “Super Notícia”, conhecido simplesmente como “Super”, nome ambicioso, fácil de se pronunciar, impossível de se esquecer, acenando constantemente a vontade de ser o que efetivamente chegou a ser: o jornal mais vendido do Brasil.

E foi num Dia do Trabalhador, 1º/5/2002, que ele nasceu. Tinha, assim, desde o seu primeiro dia de circulação, a pretensão de atender a essa classe desejosa de informação, mas excluída pelos altos preços dos jornais “quality paper”, que lhe apresentavam um universo de notícias fora da capacidade do seu bolso. Chegou sem festas e alardes. Discreto e humilde, como a maioria dos seus leitores. De formato “berliner”, adotado pelos maiores diários do mundo, o “Super” foi colocado nas bancas sem sequer uma propaganda ou investimento em “marketing”. Cresceria por si só.

Novo, colorido, logo mostrou que o tamanho não o prejudicou, que as críticas não o abalaram, pelo contrário, o deixaram ainda melhor. De alma gentil, corajoso, alegre, bom caráter, ganhou simpatia de gente que nunca teve a possibilidade de ler um jornal e de muitos outros que procuravam notícias fáceis e diversificadas. Certamente não satisfaz os intelectuais - nem foi feito para eles -, mas representa uma janela sobre o mundo para quem sempre as encontrou fechadas.

Sabíamos da importância de se criar um jornal que desbravasse o universo da leitura popular. Um segmento em que os leitores encontrassem voz e espaço. Uma leitura simples, facilitada pelo adensamento do noticiário, selecionado de maneira a fornecer um conteúdo não apenas agradável, mas, principalmente, útil. Com o tempo, o “Super Notícia” foi amadurecendo: novas seções, aumento da circulação, dos classificados, melhorias editoriais, preço mais acessível e diversas promoções.

Debaixo do braço ou estendido entre mãos calejadas, passou a preencher o panorama de Belo Horizonte e de mais de 500 Municípios. Quebrou todas as barreiras e recordes, impondo-se como o jornal diário mais lido no País, desbancando, aliás, 24 anos da tradicional “Folha de S. Paulo”. O “Super Notícia” gerou uma nova fase na editoria moderna, ocupando sozinho 8% do total dos jornais diários vendidos no Brasil, com cerca de 300 mil exemplares vendidos ao dia. Um jornal que deu vez ao leitor que não tinha acesso à leitura e hoje se informa sobre sua cidade, o mundo, o esporte, com prestação de serviços e programação cultural ao alcance de todos os bolsos, utilidades, melhores preços, saúde e tantas coisas mais.

Minas passou do 23º para o 5º lugar em índice de leitura. Avançamos mais em 10 anos do que em cinco séculos de história, passando de 1.178.000 leitores na Região Metropolitana para 2.699.000 em 2011, um crescimento de 265%. Nesse universo, o “Super”, sozinho, atende a 1.670.000 leitores, 67% do mercado, e, quando se somam “Super” e “O Tempo”, os leitores sobem para 1.882.000. Hoje, a Sempre Editora, que edita os dois jornais, detém 72% do mercado. Não existe, em qualquer outro Estado ou país, um crescimento tão vertiginoso e uma ocupação tão rápida, mostrando o acerto de nossas escolhas e a competência de nossos colaboradores.

Parabéns à família “Super”, que completa 10 anos como o jornal mais vendido e lido no País. Sei que o mérito de tanto sucesso se deve ao Vittorio Medioli, seu idealizador, e aos seus vários profissionais. Aos editores, grande Rogério e Maurício, que estão conosco desde o início, jornalistas, repórteres fotográficos, articulistas, paginadores, gráficos, encartadores, ambulantes, contatos e anunciantes, o nosso reconhecimento. E aos inúmeros leitores um especial agradecimento, pois sem eles o nosso trabalho não teria sentido.

Ao comemorar seus 10 anos de vida, posso dizer que o “Super Notícia” atingiu seus objetivos. E, por isso, todos merecem um “super” obrigado!

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação da Orquestra Jovem de Contagem, que, sob a regência de Renato Almeida, apresentará as seguintes canções: “Chega de Saudade”, de Tom Jobim; “O Barbeiro de Sevilha”, de Rossini; e um “pout-pouri” de clássicos do baião, como “Asa Branca”, “Assum Preto” e “Xote das Meninas”, de Luiz Gonzaga.

- Procede-se à apresentação musical.

O locutor - Com a palavra, o Deputado Fred Costa, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa.

Palavras do Sr. Presidente

Boa noite a todas e a todos. Início cumprimentando os Deputados Rômulo Veneroso, que gentilmente me repassou a Presidência e a condução dos trabalhos nesta noite especial; e Durval Ângelo, meu dileto amigo, figura que admiro e em quem me espelho; Vereador Sérgio Fernando, aqui representando o Presidente Leo Burgues; e Laura Medioli, a quem peço licença para carinhosamente chamar de Laurinha. Quero aqui confidenciar a todos vocês que existia um clamor para que ela se candidatasse. Tenho certeza de que, se assim ela tivesse feito, Minas ganharia muito. Eu seria o único que perderia, porque estávamos no mesmo partido, que elegeu dois Deputados - eu fui o segundo. Eu não estaria aqui, ainda estaria na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. Até por isso ainda tenho de agradecer a ela. Cumprimento também o Deputado Weliton Prado, que nos honra com sua presença, mais uma vez, nesta Casa, onde com galhardia foi sempre um parlamentar muito atuante; o Luiz Tito, Vice-Presidente da Editora; a Prefeita Marília Campos; as garotas e os garotos da Orquestra Jovem de Contagem, que estão abrilhantando ainda mais esta homenagem; os familiares da Laura e do Vittorio, aqui presentes; os funcionários do Super e da Editora; e as senhoras e senhores aqui presentes.

Não poderia deixar de pedir desculpas pelo atraso. Cheguei aqui quando a solenidade já havia se iniciado, e o fiz infelizmente por força maior. O Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente, que hoje se encontra representando nossa Assembleia Legislativa fora do Município de Belo Horizonte, pediu que eu representasse o coletivo desta Casa na campanha que se reinicia “Eu amo BH radicalmente”, e, por isso, acabei me atrasando. Peço desculpa a todos. Ele também me designou para algo que me honra bastante, que é presidir esta solenidade, que homenageia o Super Notícia pelos seus 10 anos.



Logo que cheguei ao Plenário para participar desta solenidade, curiosamente a cadeira que costumo utilizar no dia a dia estava vazia e ali me sentei. Então, olhei não só para aqueles que compõem a Mesa, porque me chamou a atenção os dois “banners” colocados. O que está a minha esquerda, portanto à direita de vocês, poderia definir o que é o “Super Notícia” para todos nós belo-horizontinos, mineiros, e mesmo brasileiros que tiveram acesso ao jornal. Se colocarmos um único verbo, podemos mudar: “Super 10”, como já está, e em baixo, colocar “10 anos”. Mas poderíamos dizer aquilo que se costuma citar para pessoas especiais, para efeitos especiais: “Super é 10”.

Os números vendidos desse jornal, que tem apenas 10 anos de idade, uma criança, demonstram como ele tem sido importante, no nosso dia a dia, para levar notícias e formar opinião. O jornal nasceu no ano de 2002, e, em 2006, já era o jornal mais vendido do Estado de Minas Gerais. No ano subsequente, conseguiu se estabelecer como o jornal mais vendido do País. Conseguimos quebrar paradigmas, não só com a “Folha de São Paulo, como também com jornais do Rio de Janeiro - de forma especial cito “O Globo”. É importante lembrar que Capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, fundamentais no consumo de jornais, são muito mais populosas do que a nossa querida Belo Horizonte. Para que tudo isso ocorresse, para termos hoje esse jornal que é motivo de alegria para todos nós, que vende 300 mil exemplares por dia, foi necessário um visionário Vittorio Medioli, que, de forma extremamente corajosa, lançou um jornal num momento em que as pessoas começavam a se preocupar com o advento da internet, com o que seria feito dos tablóides. Muitos chegaram a afirmar que os jornais seriam extintos. Ai, conseguiu-se algo que é acessível a todas as classes sociais, um fato que, por si só, é motivo de muitos méritos. Trata-se de um jornal de fácil manuseio, visto que o formato é muito mais agradável - tanto é que virou referência para que outros jornais também mudassem o formato -, de notícias curtas, lembrando que há carência de tempo no dia a dia de cada cidadão, observados os inúmeros compromissos, e com uma estratégia de distribuição ímpar. Esse é, de fato, um jornal democrático, que ainda guarda uma outra especificidade: uma pessoa o adquire, lê, e várias outras pessoas acabam pegando aquele mesmo exemplar para ler, ocorrendo isso várias vezes. Não tive acesso aos números, mas creio que o “Super” deva ter aproximadamente um milhão de leitores diários, o que significa, somente para a realidade de Belo Horizonte, praticamente a metade da população da nossa capital.

O jornal concorre com a internet, mas o que poderia ser um fator preocupante, comprovou ser o contrário. Vocês, do jornal, de forma competente, fizeram exatamente com que fosse o contrário, pois o jornal está na internet, acessível a quem quiser acessar. Quero fazer um parêntese e parabenizá-los pelo “O Tempo” “on-line”, que, sem sombra de dúvida, é o melhor jornal de notícias de todo o Brasil. Eu, que sou um leitor contumaz, no iPad e iPhone tenho “O Globo”, “Folha de S. Paulo”; mas “O Tempo”, de fato, é o de mais fácil acesso e coloca um conteúdo quase que irrestrito à disposição do leitor.

Em nome do Presidente Deputado Dinis Pinheiro, quero não apenas finalizar a minha breve saudação, mas também dizer que o jornal procura fazer aquilo que o nosso competente Presidente tem procurado fazer: chegar mais próximo das classes sociais menos privilegiadas e fazer com que essas pessoas não apenas formem, cada vez mais, opinião, mas também se tornem críticos e participantes, para que possamos construir um Estado e um País melhor para todos nós.

A máxima do direito comercial - vejo alguns advogados amigos presentes - é: “Quem tem competência se estabelece”. Vocês deram uma aula nesse sentido. Esse jornal, que tem um passado curto, de fato é um jornal do presente que se preparou para o futuro. Parabéns à família “O Tempo”, a todos os funcionários que por lá passaram e que por lá permanecem, ao Luiz Tito, à Laura Medioli, ao Vittorio Medioli. Levem a minha saudação, a do Presidente Deputado Dinis Pinheiro e de todo o corpo dos 77 Deputados desta Casa, que, com certeza, não apenas são leitores, mas também admiradores desse, embora pequeno em tamanho, grande jornal de todos nós, mineiros. Parabéns a todos vocês.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 1º de junho, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/4/2012

Às 13h43min, comparecem no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente, no Município de Medeiros, os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Bosco (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e a subscreve juntamente com os membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a acompanhar e discutir a concessão do Certificado de Indicação Geográfica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI - à Associação dos Produtores de Queijo Minas Artesanal da Serra da Canastra - Aprocan -, a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Adriana Prado Bicalho, Especialista em Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais, e os Srs. Weber Leite Cruvinel, Prefeito Municipal de Medeiros; José dos Reis Alves, Presidente da Câmara Municipal de Medeiros; Luiz Cláudio Dupim, Coordenador de Fomento e Registro de Indicação Geográfica do INPI, representando o Presidente Jorge Ávila; Carlos Roberto de Castro, Chefe do Serviço de Política Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa - em Minas Gerais; Clério Alves da Silva, Chefe de Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Sipoa - do Mapa; Manuel Bahia, ex-Prefeito Municipal de Medeiros, representando o Deputado Romel Anízio; João Carlos Leite, Presidente da Aprocan; Alberto Schwmgger Paciollo, Técnico da Emater em Medeiros; Thales Almeida Pereira Fernandes, Diretor Técnico do IMA; José Soares Melo, Presidente da Sociedade Cooperativa Piumhiense de Laticínios - Cooperlat -, representando o



Presidente da Ocemg, Ronaldo Scucato; Pedro Mário Ribeiro, Vice-Presidente da Fetaemg; Alberto Adhemar do Valle Júnior e José Eder Leite, Vice-Presidentes da Faemg; Mário Augusto Passos de Paula, Gerente Sênior da Bela Vista Produtos Enzimáticos; Luciano Carvalho Machado, Vice-Presidente da Aprocan, representando o cineasta Helvécio Rattón; Cap. PM Wellington Levy Teixeira, Comandante da 241ª Cia. da PMMG; e Sgt. PM Moacir José Tristão, Comandante do Destacamento da PMMG em Medeiros, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, usa da palavra o Deputado Fabiano Tolentino. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Dupim, Coordenador de Fomento do INPI, que, representando o Presidente do Instituto, Sr. Jorge Ávila, entrega ao Presidente da Aprocan, Sr. João Carlos Leite, Certificado de Indicação Geográfica do INPI. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário e, nos termos regimentais, retira de pauta o Projeto de Lei nº 1.702/2011, no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Bosco, em que requerem seja encaminhado ofício ao Presidente da Codevasf solicitando a instalação de um escritório da entidade no Município de São Roque de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Liza Prado - Tiago Ulisses – Duarte Bechir.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a questão do desaparecimento do Sr. Vinícius Maia de Carvalho e do Sgt. PM reformado Marcos dos Reis Henriques; a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Rosely Aparecida de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Cambuí, solicitando a intercessão desta Comissão junto ao governo do Estado com vistas a melhorias na segurança pública nesse Município. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 608/2011 (Deputado Sargento Rodrigues) e 2.128/2011 (Deputada Maria Tereza Lara). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 728/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). O Deputado João Leite retira-se da reunião, assumindo a Presidência a Deputada Maria Tereza Lara. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.045 a 3.047, 3.080 e 3.086/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Maia e Antonio Lerin em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater o alto índice de criminalidade no Município de Frutal; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o aumento do número de assaltos a estabelecimentos comerciais em Belo Horizonte; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputado João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater a cooperação dos Estados na questão da segurança pública; dos Deputados João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a questão da segurança pública nos Municípios de São José da Lapa e Vespasiano; e Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que atuaram na operação que resultou na prisão de nove pessoas e na apreensão de drogas, armas de fogo e dinheiro em sítio situado em Varginha; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências com vistas à designação de um Delegado de Polícia para Várzea da Palma e à destinação de equipamentos para as ações de segurança pública nesse Município, e seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à destinação de equipamentos para as ações de segurança pública nesse Município. O Deputado João Leite assume a Presidência e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Maj. PM Dário Vitorino de Carvalho Silva, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG; os Srs. José Marcelo de Paula Loureiro, Delegado de Polícia de Rio Casca, e Antônio Fradico de Araújo, Delegado de Polícia em Contagem, representando o Sr. Cylton Brandão da Matta, Chefe da Polícia Civil; e os familiares do Sr. Vinícius Maia de Carvalho e do Sgt. PM reformado Marcos dos Reis Henriques, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

João Leite, Presidente - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues.



ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Poços de Caldas a Deputada Luzia Ferreira e o Deputado Carlos Mosconi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater estratégias para a interiorização do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais, em parceria com a Representação Regional Minas Gerais do Ministério da Cultura, com a Secretaria de Estado de Cultura e com o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Paulo César Silva, Prefeito Municipal de Poços de Caldas; e Paulo Eustáquio de Souza, 2º-Secretário da Câmara Municipal de Poços de Caldas; e as Sras. Cláudia Houara de Castro, Assessora de Programas e Projetos da Representação Minas Gerais do Ministério da Cultura; e Durce Helena de Gouvea, Secretária Municipal de Turismo e Cultura de Poços de Caldas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a instalação do Centro Administrativo da Região Metropolitana do Vale do Aço. A seguir, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. César Pomárico, Chefe de Gabinete do DER-MG, representando Carlos Melles, Secretário de Transportes e Obras Públicas, e José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Alexandre Silveira de Oliveira, Secretário Extraordinário de Gestão Metropolitana; Marcelo Afonso, Vice-Prefeito Municipal de Timóteo; Carlos Antônio Pereira, Presidente do Rotary Clube de Coronel Fabriciano; Geneval Pereira da Silva, Presidente do Consep II de Coronel Fabriciano; e Carlos Roberto de Lima, Presidente da Apac de Coronel Fabriciano, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Celinho do Sinttrocel, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.269/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre as investigações relativas à presença de pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.291/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o acidente ocorrido em dezembro de 2009 no Município de Nanuque, em que uma criança de 8 anos teve seu corpo queimado por substâncias químicas em área pertencente a essa empresa. Solicita, ainda, que a Cemig informe se houve assistência ou algum tipo de indenização à criança e a sua família. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.313/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre os trâmites para a pré-seleção das subseções da Copa no Estado, de forma a permitir ações de articulação com os Municípios interessados em pleitear a candidatura a "base camps". A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.321/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade, a situação física dos referidos equipamentos e os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.330/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja inserido nos anais da Casa o artigo "Humanismo Transigente", da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, publicado no jornal "Estado de Minas" de 6/8/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.342/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o tempo médio de permanência das viaturas da Polícia Militar nas delegacias, a classificação das ocorrências por tipo penal, as ocorrências encerradas pelos Centros de Operações - Copoms - por falta de viaturas, o tempo médio de espera pelos Copoms para despacho de viatura, bem como outras informações que auxiliem no diagnóstico de situações relacionadas a denúncias feitas a essa Comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/1995. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.782/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que altera dispositivos da Lei nº 15.424, de 30/12/2004. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2, e rejeição da Emenda nº 4, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 5 e 6, da Comissão de Fiscalização Financeira, e com as Emendas nºs 7 a 9, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocos do Moji o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goiabeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.056/2011, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pocrane os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2011, do Deputado Paulo Lamac, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coimbra o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tomás de Aquino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.729/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bicas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.730/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piracema o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.731/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.907/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café – Fecafé. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 8 a 14, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 11 e 12, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 439/2011, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.162/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e 3.175, 3.176, 3.177, 3.181, 3.182 e 3.183/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 689/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Debate sobre a implantação de inspeção veicular ambiental e de segurança no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.325/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.128/2012, do Governador do Estado; 127/2011, do Deputado Elismar Prado; 948/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.182, 1.225 e 1.228/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.671/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.794/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.478/2011, do Deputado Vanderlei Miranda; 2.542/2011, do Deputado Leonardo Moreira;



2.725/2011, do Deputado Almir Paraca; 2.840/2012, do Deputado Marques Abreu; 2.933/2012, do Deputado Délio Malheiros; 3.074/2012, do Deputado Leonardo Moreira; 3.099 e 3.152/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.998/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista; 3.022/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.154/2012, do Deputado Bosco; 3.157/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.167 e 3.168/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 1.135/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 760/2011, do Deputado Wander Borges, e 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n° 2.609/2011, do Deputado André Quintão.

Requerimentos n°s 3.163 e 3.164/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e 3.180/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n° 3.127/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, em audiência pública, com a participação de convidados, sobre a importância da educação para o enfrentamento do "crack".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 5/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública com convidados, a transferência, em 30/4/2012, de 17 pacientes do Ipsemg, da Clínica Serra Verde para a Casa de Saúde Santa Izabel, hospital psiquiátrico privado, localizado em Barbacena.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 6/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/6/2012, às 10 horas, na Câmara Municipal de Divinópolis, com a finalidade de debater a situação da violência contra a mulher no Município e na região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 29/5/2012

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, funcionários desta Assembleia Legislativa, público que nos honra ao nos acompanhar pela TV Assembleia, assim como pela internet, é uma satisfação estar aqui mais uma vez fazendo uso desta tribuna.

Sr. Presidente, ao iniciar a nossa fala, gostaria de manifestar a nossa satisfação por presenciar grandes movimentos, por participar de grandes empreitadas que estão sendo desenvolvidas pela Assembleia Legislativa. Refiro-me a empreitadas na área da saúde, como o Movimento Mais Saúde, que visa coletar por Minas Gerais mais de 1 milhão de assinaturas para fazermos uma proposição ao Congresso, com o objetivo de obter uma participação mais efetiva do governo federal na área da saúde. A Assembleia também levanta uma bandeira importante ao constituir comissão especial para fazer trabalho de combate a drogas, especialmente ao “crack”. Para realizar esse trabalho, já iniciado, todas as regiões de Minas Gerais serão percorridas. Também temos uma campanha de sucesso relativa ao combate à pobreza. A história não podia ser diferente com a área da segurança, que conta com atenção de nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e de todos os Deputados e Deputadas desta Assembleia.

Falando em segurança, não poderia deixar de citar uma ação conjunta que está sendo realizada por esta Casa, por intermédio da Comissão de Segurança Pública, que tem como Presidente nosso amigo Deputado João Leite; pela Comissão de Saúde, cujo Presidente é o Deputado Carlos Mosconi; e pela Comissão de Educação, presidida por nós. Temos trabalhado sobremaneira com o tema da violência no trânsito. Estamos realizando o ciclo de debates “Fica vivo”, pelo fim da violência no trânsito. Na semana passada realizamos a primeira reunião desse ciclo de debates, conduzida pelo nosso Líder, Deputado João Leite, em Betim, com a participação efetiva da Deputada Maria Tereza Lara. Esse encontro foi um sucesso, em face da participação dos segmentos ligados direta ou indiretamente ao trânsito.

Esse ciclo de debates segue em frente. Teremos outros encontros: Governador Valadares, em 5/6/2012; Poços de Caldas, em 13/6/2012; Montes Claros, em 15/6/2012; Uberlândia, em 22/6/2012; Juiz de Fora, em 25/6/2012; Ibiá, em 26/6/2012; Divinópolis, em 28/6/2012. Finalizando, Belo Horizonte, em 5/7/2012.



E fiz questão de abordar tal tema, Deputado João Leite, sobre esse trabalho que...

Fazemos aqui o nosso registro e também a nossa saudação ao grande Secretário Braulio Braz. É um prazer, Secretário, tê-lo aqui conosco nesta Casa, que é sua, é nossa, e desde já receba os nossos parabéns pela forma com que V. Exa. tem conduzido a Secretaria de Esportes. Muito obrigado por sua presença.

Voltando à questão anterior, Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, fizemos questão de incluir nesse ciclo de debates pelo fim da violência no trânsito, a cidade de Ibiá, no Alto Paranaíba, porque essa cidade, embora seja um pequeno Município do interior do Alto Paranaíba, com praticamente 30 mil habitantes, é um Município importante para essa região e para Minas Gerais. Às margens da cidade de Ibiá passa a BR-262, que é uma das rodovias mais violentas do Estado de Minas Gerais e do Brasil, onde acontecem centenas e centenas de acidentes, especialmente entre as cidades de Luz, Ibiá e Araxá, ou seja, entre o Km 501 e o km 723. Somente no ano passado, foram registrados nesse curto trecho da BR-262 mais de 580 acidentes, com 36 vítimas fatais, mais de 100 vítimas com ferimentos graves e mais de 200 pessoas com ferimentos leves. Somente neste ano, entre os meses de janeiro e fevereiro foram registrados mais de 80 acidentes com 16 vítimas fatais, no local do acidente, sem considerar aquelas que morreram durante o socorro ou até mesmo nos hospitais. Então, há de se perceber isso e fazer um chamamento ao DNIT sobre a necessidade urgente de tomar providências com relação a esse trecho da BR-262, do Km 501 ao Km 723, porque é, Deputado João Leite, sem dúvida alguma, um trecho que podemos considerar como uma batalha de guerra, porque são vítimas e mais vítimas.

Portanto queremos, nesta oportunidade, apresentar um requerimento ao DNIT, solicitando a sua participação efetiva nessa ação das comissões e, sobretudo, que ele tome providências para dotar aquela região de radares eletrônicos, visando coibir a alta velocidade desenvolvida ali pelos veículos, que é a principal causa dos acidentes.

Antes de conceder aparte a V. Exa., Deputado João Leite, acrescento que, neste final de semana, na sexta-feira, estivemos em Ibiá para tratar deste assunto. Essa cidade receberá o ciclo de debate sobre o trânsito, que está sendo realizado pela Assembleia. Ao retornarmos de Ibiá para Araxá, deparamo-nos com um acidente terrível, próximo ao Restaurante Carro de Boi, onde uma ambulância rodou na rodovia e chocou-se de frente com um caminhão. Houve, naquele momento, três vítimas fatais. Logo em seguida, mais um veículo rodou na mesma região, vitimando uma médica de Belo Horizonte. Então, somente neste final de semana, nesse trecho da BR-262, ao qual estamos nos referindo, no alto Paranaíba, próximo a Ibiá, Patos e Araxá, ocorreram 17 acidentes com quatro vítimas fatais. É lamentável isso, pois trata-se de uma guerra, e precisamos mudar essa história.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Bosco. V. Exa. trata de um tema que a Assembleia Legislativa resolveu enfrentar por meio de suas comissões. Estou aqui representando a Comissão de Segurança Pública; o Deputado Mosconi, grande implantador do SUS no Brasil, também está presente, assim como V. Exa., que preside a Comissão de Educação. Temos ainda as Comissões de Transporte e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Como disse muito bem V. Exa., não é possível fechar os olhos para essa carnificina que está acontecendo nas nossas estradas e nas nossas cidades. É urgente a participação da Assembleia Legislativa. Só de V. Exa. estar nessa tribuna mostrando o local de risco na BR-262 já é um grande serviço para os usuários da rodovia, na altura de Campos Altos e Ibiá. Não podemos nos calar diante de 50 mil mortes por ano no trânsito brasileiro, sendo que a maioria é de jovens entre 20 e 24 anos de idade; não podemos abrir mão da participação e orientação da Comissão de Educação, que é fundamental. Durante reunião em Betim, disse aos jovens: "A nossa esperança são vocês, a nossa esperança está nos motoristas do futuro". O que temos de fazer hoje é punir os que insistem em trafegar nas estradas alcoolizados, drogados, dirigindo caminhões com excesso de peso, trazendo infelicitação para o nosso país e o nosso Estado. Parabéns. Contamos com sua liderança nesse trabalho conjunto que estamos realizando.

O Deputado Bosco - Quem agradece sou eu, Deputado João Leite. V. Exa. tem conduzido e defendido matérias muito relevantes para o nosso Estado e para o nosso país. Precisamos mudar essa realidade, não podemos cruzar os braços, fechar os olhos diante dessa situação. O problema do trânsito no Brasil é comparado a uma guerra em que vidas e mais vidas são ceifadas diariamente. As famílias ficam enlutadas, as crianças perdem seus pais diariamente. Devemos mudar essa história. Agradeço a V. Exa. ter ressaltado a participação efetiva e importante das Comissões de Transporte e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Através de uma ação conjunta, propomos discutir esse tema que nos entristece muito, mas que precisa ser enfrentado. Esperamos fazer com que esse trabalho sensibilize o governo federal. Sabemos que as rodovias precisam ser duplicadas. Não basta colocar placas, instalar redutores de velocidade eletrônicos. É preciso mais. Temos de investir mais nas nossas rodovias, principalmente nas federais, duplicando-as. Somente assim estaremos contribuindo para combater os acidentes.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Parabéns, Deputado Bosco, pelo brilhante pronunciamento. Na última quinta-feira, juntamente a um grupo enorme de políticos da cidade de Luz, divisa do Centro-Oeste com o Alto Paranaíba, estivemos na Secretaria de Saúde para tratar exatamente do caos em que se transformaram os acidentes na BR-262. Ao longo da história, os acidentes se concentraram principalmente na serra de Campos Altos, indo para Luz, região que V. Exa. conhece.

O Deputado Bosco* - Serra da Saudade.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Mas agora, com a quantidade de caminhões, com a falta de logística, de investimento e de infraestrutura que se vê em nosso Brasil, esses acidentes concentrados na Serra da Saudade estão-se dissipando por todo o alongamento da BR-262. No entorno da cidade de Luz também já houve inúmeros acidentes.

Todas as forças políticas de Luz já se uniram para pedir providências junto ao DNIT e apoio à Secretaria de Saúde para o Hospital Senhora Aparecida no que se refere a atendimento de urgência aos inúmeros acidentes, não só com veículos familiares, mas também com veículos comerciais, como ônibus e ambulância.

Portanto, Deputado Bosco, conte conosco nessa luta e também com o apoio da cidade de Luz para enfrentar esse caos que é o trânsito na BR-262. Muito obrigado.

O Deputado Bosco - Deputado Tiago Ulisses, eu é que lhe agradeço. Sabemos que V. Exa. também é um grande defensor das causas da região. Lamentavelmente, a BR-262 tem sido palco desses tristes acidentes, e isso temos de mudar essa história. Só iremos mudar a



partir do momento em que estivermos trabalhando em conjunto e envolvendo toda a sociedade, todas as cidades ao longo da BR-262, especialmente Campos Altos, Ibiá, Córrego Danta, Bambuí, Tapiraí, Luz, Bom Despacho e Araxá.

Portanto, eis o nosso chamamento a toda a região do Alto Paranaíba para que participem conosco no próximo dia 26, na cidade de Ibiá, desse grande encontro, quando estaremos debatendo esse tema tão importante, agora abraçado pela Assembleia Legislativa através do ciclo de debates “Siga vivo - Pelo fim da violência no trânsito”.

É isso que gostaria de abordar aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado, e até a próxima.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, estou “absurdado” ao ver que o governo de Minas não existe e que sua base não tem o que falar desse governo. É impressionante. Realmente estou “absurdado” - a palavra é difícil de ser usada, mas serve para exprimir o tanto que acho absurda a postura da base do governo. Para tudo pedem socorro à Dilma e ao governo federal. Absolutamente tudo. Não pagam às professoras o que deveriam pagar e não aplicam os 25% da educação. Reclamam que a Dilma é que deveria mandar mais recursos para a educação pública, porém não cumprem o mínimo constitucional de 25%.

Para que o nosso cidadão e cidadã fiquem tão “absurdados” quanto estou, fazem a mesma coisa, Deputado Antônio Júlio, na saúde. Reclamam que não têm dinheiro e que a saúde está mal. Reclamam da Presidenta Dilma, mas não aplicam os 12% na saúde pública em Minas. Reclamam das estradas, mas também não fazem absolutamente nada por elas. Nem sequer a Lei Seca, que precisou ser feita muito depois do Rio de Janeiro e de São Paulo, porque o governo do Estado não agia - aliás, não sei por que não agia em relação à Lei Seca, mas nem vou tocar nesse assunto.

Sr. Presidente, colegas Deputados, estou, repito, “absurdado” com a ausência de governo aqui em Minas Gerais. Só tem um projeto funcionando aqui: o “Minas sem Governo”. É o único, Deputado Pompílio Canavez, Líder da Oposição desta Casa. Nada é feito no governo de Minas a não ser para reclamar do governo federal. Engraçado, reclamam até da dívida que eles mesmos fizeram. Agora inventaram “outdoor” dizendo: “Minas não tem saúde, Minas não tem escola”. Ora, Minas não era perfeita? O Senador Aécio Neves não vivia no Estado perfeito? Não era isso, Deputado Antônio Júlio? Tudo aqui não eram mil maravilhas? Assim a imprensa divulgava.

De repente, Minas está cheia de problemas. Aécio quebrou Minas. Outro dia, assisti um diálogo na imprensa. Não sei se aconteceu, mas a imprensa relatou - e não foi desmentida - que o Senador Aécio Neves reclamou de que os Prefeitos estavam reclamando muito de Minas, dizendo que Minas estava abandonada.

E o Governador Anastasia disse: “Eu avisei ao senhor, Aécio Neves. O senhor quebrou Minas, eu avisei que quebraria”. De fato, Minas está quebrada. Agora dizem que quebrou porque a Dilma assumiu, a responsabilidade de Minas estar quebrada é da Dilma também, porque a responsabilidade é dos juros da dívida.

Ora, peguei com o nosso querido Deputado Adelmo Carneiro Leão, que preside a Comissão Especial da Dívida Pública, um retrato da dívida de Minas. Para que vocês fiquem mais “absurdados” ainda, vejam bem. (- Lê:) “O governo de Minas não tem recurso suficiente para pagar o serviço da dívida, todo ano a dívida cresce mais”. Quem fez o acordo da dívida? Azeredo e FHC, de PSDB para PSDB. Quando Itamar denunciou a dívida, chamaram-no de louco, disseram que ele não administrava bem e assim por diante. Mas a dívida foi feita de tucano para tucano, e agora eles dizem que ela é impagável, embora seja 13% da receita - sempre foi isso. O montante da dívida está crescendo, e temos aqui um pedido de empréstimo de mais R\$3.500.000.000,00. Se o Estado não consegue pagar a dívida, como a Assembleia Legislativa aprovará - e agora mesmo o fará, porque a base do governo é maioria aqui e não questiona nada - mais 3,5 bilhões de empréstimo? Ora, o Estado já tem uma dívida impagável, Aécio quebrou Minas - hoje eles próprios confessam que Minas está quebrada - e pedirão mais R\$3.500.000.000,00 de empréstimo. É de deixar qualquer um “absurdado”.

Segundo: “A dívida com a Cemig é maior que todo o patrimônio que o Estado tem com ela”. Sobre isso eles não falam, não fazem auditoria. Onde está a auditoria da dívida da Cemig? Não a fazem porque não interessa à Andrade Gutierrez.

Terceiro: “Os juros cobrados pela Cemig são 8,18% maiores que os juros aplicados pela União e negociados por Azeredo”. São da ordem de 8,18% os juros da Cemig com o governo do Estado. Eles não questionam, porque também não lhes interessa questionar o acordo que fizeram com a Andrade Gutierrez e os sócios minoritários na Cemig. (- Lê:) “O contrato da dívida da Cemig tem multa de 1% ao mês, o que produz a maior elevação do custo da dívida”. O Deputado Adelmo Carneiro Leão alerta: “O contrato da Cemig acabará levando à privatização”. Claro que levará. Aliás, é o que tucano sabe fazer: endivida o Estado, vende empresa, endivida o Estado, vende empresa, endivida o Estado, até quebrar o País e a miséria ser predominante em todo o território nacional. Não foi assim com o FHC e o FMI? Ele pegou dinheiro emprestado do FMI, vendeu uma empresa, vendeu outra, vendeu mais outra. Só não vendeu o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras porque o Lula ganhou a eleição e disse: “Chega, não venderão mais o Brasil”. Mas tucano faz assim: vende as empresas para pagar juros da dívida que eles próprios fizeram.

Agora, Deputado Antônio Júlio, Minas Gerais entra no mesmo ritmo, faz empréstimo, diz que não tem dinheiro, pega mais empréstimo e vai vendendo. Como o governo não tem mais o que vender, começa a reclamar da Presidenta Dilma. Já dissemos que o Governador Anastasia precisa começar a governar em vez de ficar refém do objetivo paranoico do Senador Aécio Neves, que quer ser Presidente a qualquer custo. Minas Gerais precisa de governo, precisa parar de reclamar e governar. Já disse isto aqui: não adianta o governo do Estado ficar reclamando depois de governar por 10 anos. Já vai para 11 anos que o PSDB governa e fica reclamando, dizendo que a culpa é do outro. Imaginem se o Lula tivesse assumido o governo do Brasil e ficasse reclamando do FMI a vida inteira. Imagine, Deputado Tadeu Martins Leite, o que teríamos neste Brasil? Nada construído. Assim agem o PSDB e a base dele na Assembleia. Eles não conseguem elogiar nada do Anastasia, porque não há o que elogiar, e passam a falar mal do governo federal. Engraçado, os Deputados Federais deles, em Brasília, não falam porque ficam dependendo também das benesses da Dilma. O Senador Aécio Neves não quer falar nada. Quando ele vem a Minas, de vez em quando dá um gritinho para o “Estado de Minas” colocar uma manchete e volta lá com outra conversa esquisita, engraçada. Nem oposição direito faz, porque não tem projeto.



O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Deputado Rogério Correia, V. Exa. levanta uma questão que Minas precisa entender e compreender. A dívida do governo do Estado com a Cemig tem de passar por uma auditoria o mais rapidamente possível. Digo isso até um pouco constrangido, porque aqui fiquei durante 20 anos, dos quais 15 anos brigando por causa da dívida com a União, e não tínhamos conhecimento da dívida do Estado com a Cemig. Quando vinha no Orçamento, aparecia camuflada. O mais absurdo, Deputado Rogério Correia, V. Exa. sabe por quanto a Andrade Gutierrez assumiu 33% das ações da Cemig? Por R\$26.000.000,00, porque assumiu a dívida da AES-Southern. Aqueles personagens que participaram disso evitam conversar. A AES-Southern foi aquele mesmo consórcio que ficou com os Eurobônus emitidos também lá pelo Walfrido e pelo Hélio Garcia e que assumiu 33% das ações da Cemig e passou a mandar na companhia. Itamar Franco pôs esse povo para fora.

O Deputado Rogério Correia* - Foi junto com o Banco Opportunity, com o Daniel Dantas. Foi a "privataria".

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - É a mesma coisa. Foi com a AES-Southern e o Opportunity. Compraram 33% das ações da Cemig por US\$330.000.000,00. Como não pagaram e ainda queriam receber os dividendos, há uns dois ou três anos, o Governador à época, Aécio Neves, articulou um esquema em que a Andrade Gutierrez entrou de sócia e assumiu essa dívida da AES-Southern junto ao BNDES. Essas histórias precisam ser contadas.

É por isso que, quando falamos que Minas deve à Cemig R\$5.500.000.000,00, que é mais do que o patrimônio da Cemig, tem de ter uma explicação.

Quem está nos ouvindo agora, Deputado Rogério Correia, tem de entender que não estamos fazendo um discurso só de Oposição, não. Estamos fazendo um discurso em defesa dos interesses de Minas, como Itamar Franco fez e foi mal compreendido. Agora estão dizendo que a dívida é impagável, que os juros dela não deixam investir na área de saúde, que não há dinheiro para a área de educação. É claro, fizeram um monte de bobagens, venderam para todos nós sete anos de "choque de gestação", e ele está aí parindo um monte de problemas. Foi tudo mentira, que o governo sempre insistiu em manter e continuar pagando R\$400.000.000,00 de juros por mês.

Então, esse discurso que V. Exa. faz, acredito, tem de ser até mais repetido, para que a sociedade de Minas Gerais possa compreender. Já que a imprensa está proibida, amordaçada, censurada, não pode falar desse assunto, temos de aproveitar esse pequeno espaço que temos ao vivo e mostrar para a população de Minas Gerais a situação caótica em que hoje, infelizmente, nos encontramos.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. É realmente lamentável essa questão. Já vimos denunciando, e eles fazem ouvido de mercador, não apuram, não fazem auditoria na Cemig. Acho que se caminha a passos largos para a privatização da Cemig. Só não privatizaram a Cemig porque há aquela Emenda Constitucional que Itamar Franco mandou para cá, da qual tive a honra de ser o relator, que proíbe a privatização. Mas por uma via ou outra vão colocando para a Andrade Gutierrez o mando da Cemig. Hoje, na prática, a Andrade Gutierrez manda na Cemig.

Deputado Antônio Júlio, queria falar aqui também do empréstimo. Vou tentar discuti-lo, mas está sendo difícil. O projeto está na pauta, mas a base do governo inventou agora uma nova fórmula de não nos deixar falar. Colocam quórum de 26 Deputados e, depois, saem os 26. Então, não acontece a discussão do projeto. O Regimento diz que há meia hora para discutir o projeto. A base do governo entendeu que há meia hora para não discutir o projeto nem deixar a Oposição fazê-lo. Assim tem agido a base do governo Anastasia. Não têm o que elogiar no governo e também não deixam a Oposição apresentar o seu programa, as suas críticas. É talvez a forma que eles enxergam de fazer o debate. Acho isso ruim, porque não travamos um debate sincero.

Mas vou falar do empréstimo, se o governo permitir, discutir no bojo do projeto de empréstimo o porquê de estarmos questionando e de votar contra.

Antes de discutir o projeto de empréstimo, não poderia deixar de falar no TAG. Tivemos a reunião do tal do termo de ajustamento de gestão. O governo mandou para cá um representante, não o estou criticando, mas veio para não esclarecer nada. Chegou aqui e falou dois minutos, como quem desprezasse a reunião, e foi embora. Não explicou, pois, absolutamente nada do porquê o governo fez a opção de não cumprir a Constituição no que diz respeito à saúde, à educação em 2012, 2013 e só cumpri-la, talvez, em 2014.

Também não explicou por que o governo anterior não aplicou esse recurso. Aplicado o TAG, Deputado José Henrique, a dívida neste ano com educação e saúde será de R\$1.400.000.000,00. Mas o governo não deu qualquer explicação. Quem veio tentar fazer isso foi o Conselheiro Mauri Torres, que ficou um pouco sentido comigo por tê-lo chamado de Líder do Governo no Tribunal de Contas. Foi o Conselheiro Mauri Torres que fez o esforço de justificar o descumprimento da Constituição por parte do governo. Vejam bem: em vez de vigiar as contas do governo, o Tribunal de Contas vem aqui fazer o esforço de explicar por que o governo não está cumprindo a Constituição. É de indignar qualquer um. Quem fez o papel do governo foi o ex-Deputado Líder do Governo Mauri Torres, agora como Conselheiro. Para explicar a razão, ele começou a relatar as dificuldades do governo. Ora, mas o Tribunal de Contas, agora, tem de saber disso? O Conselheiro tem de saber das dificuldades do governo? O governo mesmo não fez o menor esforço para explicar - como pode confirmar o Deputado Pompílio Canavez, que estava na reunião -, e o TAG vai prevalecer. Ou seja, neste ano, o governo vai continuar sem aplicar R\$700.000.000,00. Isso faz falta: os professores estão sem se alimentar, já que a Secretária cortou a sua merenda; temos salas multisseriadas; falta professor substituto nos supletivos; falta medicamento nos postos de saúde etc.

E não venham dizer que a falta de medicamento é porque não temos os 10% da União. Precisamos que isso aconteça, mas temos de resolver, primeiro, a situação no Estado. Espero que os Deputados do governo, da área da saúde, tenham coragem de cobrar do governo a aplicação dos 12%. Não fiquem apenas reclamando da Dilma, cobrem do Anastasia. "Cadê o dinheiro da saúde, Anastasia? Estão faltando R\$700.000.000,00 neste ano, Anastasia. Cadê o dinheiro?". Não vejo um Deputado do governo, mesmo da área da saúde, médico, vir aqui dizer que a saúde está ruim e que está faltando dinheiro do Estado. Podem cobrar da Dilma, mas cobrem também do Estado, já que são Deputados Estaduais. Isso não acontece. Aqui, o que os Deputados governistas fazem é passar a mão na cabeça do governo. Aliás, dizem que agora uma parte da Assembleia vai apresentar emenda para a saúde, para disponibilizar mais - com isso, a situação fica mais mansa, mas não se resolve o problema da falta de recursos. A falta de recursos para a saúde é real; está aí, visível, já que o governo não aplica os 12%, mas só 8%.



Não poderia deixar de abordar essas questões, Presidente, porque daqui a pouco vamos estar discutindo o empréstimo. O governo quer R\$3.500.000.000,00 para pagar mais juros daqui para a frente, especialmente a partir de 2015, deixando o próximo governo com dificuldades de investir em educação e saúde e, quem sabe, fazer outro TAG. A Constituição de Minas não vale mais nada. Mas termino, Presidente, dando uma boa notícia à nossa população: o Ministério Público – das áreas da saúde, da educação e do patrimônio público – anunciou que já nesta semana vai ajuizar ação contra esse famigerado TAG, para garantir o recurso da educação e da saúde neste ano e cobrar do governo o que ele deixou de aplicar no passado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia ou nos acompanha pela Rádio Assembleia, faço uso desta tribuna para comunicar que amanhã, em Brasília, a Presidenta Dilma vai entregar os prêmios do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM - a iniciativas brasileiras que concorrem para a melhora da qualidade de vida em nosso planeta. Serão entregues 20 prêmios a diversas entidades, ONGs e a cinco governos municipais, entre eles o governo do Prefeito Luizinho, da minha querida cidade de Alfenas.

O Prefeito Luizinho vai receber o prêmio por ter conseguido, por meio de um programa ousado, enfrentar e diminuir a mortalidade infantil na cidade de Alfenas. Portanto, quero, mais uma vez, parabenizar o Prefeito de Alfenas, que é do PT, meu partido; a Sra. Ivone, Secretária de Ação Social, que desenvolve um trabalho muito bonito; a Dra. Gisele, Secretária de Saúde; e o Sr. Eliacim do Carmo Lourenço, Secretário de Educação, que, juntos, construíram um programa capaz de enfrentar o problema da mortalidade infantil. No Brasil, a mortalidade infantil não ocorre apenas devido a causas clínicas, mas ocorre, sobretudo, devido a causas sociais. A mortalidade infantil no Brasil, que é muito alta, ainda preocupa e nos assusta, é principalmente por questões sociais.

Em Alfenas, o programa comandado pelo Prefeito Luizinho cuida da gestante, desde o momento em que é diagnosticada a gravidez. Independentemente de classe social, de renda, todas as mulheres grávidas participam do Programa de Atenção à Gestante – PAG. Se for detectado risco clínico na gravidez, a gestante passa a fazer parte de um programa especial. E, se a mãe ou sua família vive em situação de perigo social, a gestante passa a fazer parte de outro programa, em que ela terá toda a atenção, tanto médica, de acompanhamento do pré-natal, como também apoio social, como na alimentação, no cuidado com as outras crianças. Por exemplo, se a gestante já tem filhos menores, em idade escolar, que não se encontram na escola, a Secretaria da Educação vai trabalhar para que aquelas crianças vão para a escola e assim a mãe, grávida, tenha uma gravidez mais tranquila. Em se tratando de desemprego, a Secretaria de Ação Social incluirá a gestante num programa para que ela tenha condições de saúde, para que tenha uma gestação tranquila. Nos casos de saúde, se houver risco clínico, é claro que a equipe da Secretaria de Saúde, do Programa de Saúde da Família, nossos médicos e enfermeiros, cuidará para que tal mulher tenha atendimento de forma a garantir-lhe uma gestação segura e tranquila.

Após o nascimento, até completar um ano de idade, todas as crianças fazem parte do Programa de Atenção à Gestante. Quanto às crianças que nascerem com algum problema, com algum risco clínico, elas terão acompanhamento da equipe de saúde. Mas, se houver risco social, elas continuarão sendo olhadas, atendidas, garantindo que aquela família consiga cuidar bem do recém-nascido até que ele complete um ano de vida e tenha condições de sobreviver. Com isso, a mortalidade infantil em Alfenas caiu de 13 óbitos para cada mil nascidos vivos para 3 óbitos para cada mil nascidos vivos. O objetivo, a meta do Prefeito Luizinho e de seu governo é zerar a mortalidade infantil em Alfenas. Trata-se de um desafio. Não será fácil, mas estamos no caminho. Quero aqui dizer que, se a cidade de Alfenas tem conseguido ter uma política social tão importante, uma política de saúde tão importante, é possível que as outras cidades do nosso Estado também consigam.

É possível também que, se tivermos um olhar mais social sobre as gestantes do nosso Estado, consigamos melhorar ainda mais e diminuir a mortalidade infantil. Estarei amanhã em Brasília, junto com o Prefeito Luizinho e com a Ivone, Secretária de Ação Social, quando receberemos das mãos da Presidenta Dilma esse prêmio, que é concedido pela Organização das Nações Unidas – ONU. É muito gratificante para mim, que fui Prefeito de Alfenas, sucedido pelo meu companheiro Luizinho, ver que a cidade continua tão bem olhada, tão bem cuidada, com essa preocupação social tão característica do nosso partido, PT, que mudou o jeito de fazer política no Brasil. Nós introduzimos a preocupação fundamental, prioritária, com a questão social. E o Prefeito Luizinho tem essa preocupação, esse cuidado com o social.

Amanhã não estarei aqui, Sr. Presidente, porque faço questão de acompanhar o Prefeito Luizinho, do PT, de Alfenas. Toda a equipe da Prefeitura de Alfenas estará lá amanhã, e representantes de outras cidades de Minas Gerais que receberam prêmios também. Mas esse prêmio é especial porque diz respeito a uma questão fundamental, a proteção às mulheres, às gestantes e a seus filhos.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, queria primeiro parabenizar o seu trabalho, porque, na verdade, o Prefeito que entrou pegou muito do que V. Exa. fez, um trabalho sério e que colaborou para que ele pudesse ter esses índices. E queria dizer que a minha cidade de Uberlândia também tem os índices menores que os nacionais. Em 2010 caímos para 11,3%, e agora estamos com 10%, sendo que o índice nacional é de 15%. Uberlândia criou um comitê de prevenção à mortalidade, que trabalha investigando as 60 unidades de saúde do Município e tem conseguido um avanço fenomenal. Então percebemos que, quando se trabalha na prevenção, principalmente analisando as pessoas que têm risco, como algumas gravidezes de crianças prematuras - 70% das mortes das crianças são relativas às gravidezes prematuras -, a atenção maior à gestante faz com que realmente evitemos essas mortes. É possível evitar. Percebemos que o Brasil está caminhando, e esses comitês de prevenção ajudam bastante. Então é importante esse alerta. Quero parabenizar o Deputado Pompílio Canavez pelo trabalho; o Prefeito, que conseguiu esse índice; e a equipe da Secretaria de Saúde de Uberlândia, o Prefeito e todos que trabalham para que Uberlândia também tenha um índice muito abaixo do índice nacional. Parabéns!

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputada Liza Prado. Quero também parabenizar Uberlândia e espero que a cidade consiga diminuir ainda mais seu índice, pois 10 ainda é um número alto. Em Alfenas estamos com 3 por cada 1.000 nascidos vivos, mas a meta é não haver nenhum. Que consigamos salvar todos, dando tranquilidade e condições para que as gestantes tenham uma gestação saudável, tranquila, protegida. Também é importante salvar as crianças depois que nascem. Se compararmos Uberlândia, uma das cidades mais importantes do nosso país e que está nessa luta para diminuir ainda mais a mortalidade infantil, com Alfenas,



verificamos por que a ONU reconheceu o trabalho do Prefeito Luizinho e de toda a sua equipe. Lá estamos com 3, que ainda não é o ideal, pois queremos zerar. Mas, como disse corretamente a Deputada Liza Prado, a média no Brasil ainda é de 15 mortes por cada 1.000 nascidos vivos, e é preciso baixar isso.

Sr. Presidente, quero fazer um registro no tempo que me resta. Esta semana Guaxupé, no Sul de Minas, completa 100 anos de emancipação. Então quero desejar muitas felicidades a todos os guaxupeanos. Estive em Guaxupé há duas semanas e tenho lá muitos amigos - o Prefeito Roberto Luciano, que está muito contente, muito alegre. Amanhã será lançado um selo comemorativo do centenário de Guaxupé.

Quero parabenizar não só o Prefeito Roberto Luciano, mas todos os Vereadores, na pessoa do nosso amigo Nico, Presidente da Câmara, que tem uma história bonita na cidade, o Marquinhos, enfim, todos de Guaxupé, que estão muito contentes. Há uma programação muito intensa esta semana na cidade, com a realização de espetáculos, festas e desfiles. Amanhã estarei lá, no lançamento do selo que comemorará e registrará a passagem do centenário da cidade de Guaxupé.

Para concluir, Sr. Presidente, quero também dizer que ontem estivemos, às 10 horas, em Alfenas para inaugurar um posto policial num bairro que requer muita atenção das autoridades, especialmente das autoridades de segurança. Até fomos surpreendidos porque pessoas ligadas ao tráfico de drogas acabaram cometendo vandalismo na casa antes de ser inaugurada. Só que a inauguramos assim mesmo, com a presença do Maj. Daniel, do Dr. Carlos, Delegado Regional, e de todo o pessoal do Corpo de Bombeiros, da Polícia Ambiental e da Polícia Rodoviária Estadual. Estamos decididos a combater sem trêguas o tráfico de drogas. Ao mesmo tempo que acolhemos os dependentes, infelizmente aqueles que são dependentes das drogas, especialmente do “crack”, temos um programa de internação, cuidado e prevenção. É preciso haver preocupação com a prevenção e a repressão. Aliás, estive recentemente com o Dr. Rômulo Ferraz, novo Secretário de Defesa, para reivindicar e exigir do governo do Estado atenção maior com a segurança no Sul de Minas. A nossa extensa fronteira com São Paulo nos fragiliza bastante. Recebemos muita coisa de São Paulo, inclusive traficantes e drogas, e estamos muito fragilizados. Há uma carência, pois contamos com um efetivo muito diminuído. Precisamos enfrentá-los com um efetivo real, porque a extensa fronteira que temos com o Estado de São Paulo, Deputado João Leite, nos deixa muito fragilizados.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, muito obrigado. Quero aproveitar a sua preocupação e dizer rapidamente que, no dia 25 de junho, a Assembleia Legislativa terá um grande encontro. O Presidente Deputado Dinis Pinheiro instalará o “Fórum das Comissões de Segurança Pública das Assembleias Brasileiras”. Por exemplo, estará aqui o Presidente da Comissão de Segurança Pública de São Paulo. Agora mesmo eu dizia ao Deputado Antônio Carlos Arantes, que está preocupado com a divisa de São Sebastião do Paraíso com São Paulo, que promovêssemos também uma audiência com a presença da Comissão de Segurança Pública de São Paulo. Assim, discutiríamos os dois lados.

Para V. Exa. ter ideia, discutimos hoje sobre pessoa desaparecida. Parece que a pessoa está no Espírito Santo. Liguei imediatamente para o Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia do Espírito Santo, que já envolveu toda a polícia na busca dessa pessoa. Quero lembrar V. Exa., que está preocupado com essa situação, para estar presente no dia 25 de junho na instalação do “Fórum Permanente das Comissões de Segurança Pública”. Muito obrigado.

O Deputado Pompílio Canavez - Sem dúvida, Deputado João Leite, até porque uma das principais preocupações da população é com a segurança pública do povo de Minas Gerais. Então é muito importante essa iniciativa do Presidente Deputado Dinis Pinheiro, assim como de V. Exa., que é o Presidente da Comissão de Segurança Pública nesta Casa. Certamente estarei presente. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, demais Deputados e Deputadas, boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de mandar um abraço à querida Perdões, que comemorará o seu centenário no dia 1º de junho; ao Prefeito Teco, do PSDB; a toda a equipe do governo municipal; aos Vereadores; às lideranças e aos amigos e amigas de Perdões. Que Deus abençoe a cidade e que continuemos com essa parceria positiva com o governo de Minas.

Para todas as pessoas que nos assistem, é importante fazermos uma reflexão: no nosso entendimento, não dá para separarmos governo federal dos governos estaduais e municipais. Não dá para cortarmos esse cordão umbilical, não tem como fazer a separação. A crise internacional abalou, e muito, as contas públicas do Brasil.

Vou ler parte de matéria a respeito do relatório do Tribunal de Contas da União. (- Lê:)

“O Tribunal de Contas da União aprovou as contas do governo federal de 2011 com 25 ressalvas e 40 recomendações. Preocupa a Corte do TCU o acúmulo de restos a pagar não processados em obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - e a falta de controle das renúncias fiscais, que o Executivo tem concedido para manter a economia aquecida”.

Os Municípios mineiros, por exemplo, têm a receber de restos a pagar R\$2.000.000.000,00. Então vou repetir: “Preocupa a Corte do Tribunal de Contas da União o acúmulo de restos a pagar não processados em obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - e a falta de controle das renúncias fiscais, que o Executivo tem concedido para manter a economia aquecida”. A maior parte das recomendações feitas pelos Conselheiros foi direcionada à Casa Civil e à Secretaria do Tesouro Nacional. O relatório será submetido ao Congresso Nacional para aprovação final. Um dos principais pontos destacados pelo Ministro relator do parecer, Conselheiro José Múcio Monteiro, foi a falta de controle e transparência nas renúncias fiscais, que chegaram a R\$187.000.000.000,00. Esse valor supera os gastos em saúde, educação e assistência social, juntos.

Deputado Doutor Wilson, a renúncia fiscal que o governo federal fez supera os gastos em saúde, educação e assistência social. E vem a Oposição cobrar do governo de Minas clareza dos pedidos de empréstimos. Vou repetir, a renúncia fiscal do governo federal chegou a R\$187.000.000.000,00. O valor supera os gastos em saúde, educação e assistência social juntos, Deputado João Leite. Vem a Oposição criticar que o governo de Minas está fazendo empréstimo. (- Lê:)

“Segundo o Ministro, Conselheiro Múcio, essa é uma prática que tem sido adotada com mais frequência como instrumento de política pública, por isso é necessário alimentar o controle e ter um balanço das metas e resultados.



Em uma das recomendações direcionadas à Casa Civil, é sugerido manter como prioritárias as obras do PAC e a execução do Brasil sem Miséria. Segundo o Ministro, 'atraso em obra é risco para a totalidade dos empreendimentos e há impacto para o crescimento como um todo.'

Que o diga a BR-040, trevo de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, a qual está um desastre. V. Exa., Doutor Wilson, que é meu contêrrâneo de São João del-Rei e frequentemente nos visita, sabe do caos que é transitar nesse trecho da BR-040. Isso está trazendo problemas para o turismo das cidades históricas, como a nossa terra, São João del-Rei, Tiradentes e outras tantas, porque o fluxo passa por ali. Está realmente um caos.

Vamos avançar mais um pouquinho. (- Lê:)

"No PAC, o investimento caiu 24% em relação a 2011. O Planalto já fala em encerrar o ano com PIB abaixo de 3%." Pintam um quadro do governo de Minas como se ele só tivesse problemas. Mas está aqui o quadro do governo federal, os investimentos que não saem do papel.

"Em um cenário de desaceleração econômica, o governo federal reduziu o ritmo de seus investimentos e trava, por falta de decisão, obras que podem ser realizadas pelo setor privado.

O primeiro quadrimestre registrou queda de 5,5% nos gastos com novas obras públicas, compras de equipamentos e bens permanentes em relação ao mesmo período do ano passado, que já havia sido considerado fraco. O valor caiu de R\$11.100.000,00 em 2011 para R\$10.500.000,00.

No governo, as previsões são pessimistas. Interlocutores da Presidente Dilma Rousseff temem que as reduções de juros e as medidas para alavancar o crédito não deem conta, sozinhas, de impulsionar o crescimento. Reservadamente, já se fala em um PIB abaixo dos 3% em 2012 – semelhante ao projetado pelos Estados Unidos, um dos países mais atingidos pela crise internacional.

A depender dos números até dezembro, Dilma chegará ao terceiro ano de mandato com taxa de crescimento semelhante à média do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) de 2,3%.

A performance do PAC também segue aquém do desejado. Os investimentos caíram 24% no quadrimestre - R\$5.500.000,00 contra R\$4.200.000,00 em 2011.

Os principais responsáveis pela redução nos gastos federais são órgãos ligados ao Ministério dos Transportes, onde a queda nos pagamentos de obras chegou a 55%.

A queda sofre efeitos da 'faxina' na pasta. Os dois órgãos que mais gastam em obras, DNIT e Valec, mudaram os ritos de contratação após o escândalo que derrubou o ex-Ministro Alfredo Nascimento. O Ministério reforçou os mecanismos de controle, mas não fez nenhuma licitação importante desde a posse dos novos gestores.

Outro fator para a redução dos investimentos é o fato de o Executivo ter reforçado a contenção dos gastos públicos para atingir as metas de superávit primário.

O financiamento de obras de infraestrutura de mobilidade urbana também vai mal. Em 2010, a previsão para este ano era de R\$43.000.000,00 em investimentos em transportes, sendo R\$28.000.000,00 financiados pelo governo.

O ritmo das obras também sofre pelo atraso nos anúncios de marcos regulatórios e decisões prometidas pelo atual governo em praticamente todos os setores da infraestrutura concedidos à iniciativa privada. Por isso, decisões de novos investimentos por concessionários do setor elétrico, portos, estradas, ferrovias e aeroportos estão engavetadas.

Em alguns casos, a falta de decisão já afeta o financiamento de empresas que enfrentam dificuldades para conseguir empréstimos necessários a seus projetos".

Há um quadro que mostra a queda nos investimentos do governo federal. Então, cobrar do governo de Minas que ele não faça empréstimo? Ele tem de fazê-lo. Com a dívida pública enorme, cujos juros o governo está custando a pagar, com essa parceria que não acontece, com essa falta de decisão do governo federal em implementar os serviços mais importantes para alavancar o desenvolvimento do País...

"Portos. Maior gargalo do País. Precisam de novo marco regulatório: 104 terminais portuários concedidos antes de 1993 estão com decisões de investimentos paradas por falta de definição - se serão prorrogados ou não.

Rodovias. As concessões de estradas dos anos 90 estão sem recursos para os investimentos planejados.

Ferrovias. O governo mudou o modelo de concessão de ferrovias e abriu o sistema a novos operadores, mas a regulamentação de tarifas parou depois que o Diretor da ANTT, Bernardo Figueiredo, teve a recondução barrada.

Aeroportos. Três aeroportos foram concedidos à iniciativa privada. Para os próximos, é preciso que o governo aprove um plano de outorgas com os terminais que serão concedidos". O termo é "concedido", não se pode falar "privatizados".

É muito interessante criticar o governo de Minas, que teve aprovação recorde e que atende muito bem os nossos Prefeitos.

Um desafio: a imprensa poderia telefonar para as Prefeituras e fazer um levantamento estatístico. Poderiam perguntar aos Prefeitos mineiros o que é bom: celebrar um convênio com o Estado ou com o governo federal? O governo federal tem um resto a pagar de R\$2.000.000,00. O governo do Estado assina convênio e um mês depois o dinheiro está na conta.

Portanto, queremos dizer o seguinte: pactuamos com a iniciativa do Governador Anastasia e toda a sua equipe. Esses investimentos são necessários, sim, porque, se ficarmos esperando essa ajuda demonstrada aqui, ela não ocorre. O Estado tem programas sérios, estruturantes e excelentes na área social para atender à população mineira e, portanto, estamos aqui compartilhando e honrando a base do governo Anastasia e toda a sua equipe.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Como professor universitário, V. Exa. traz os dados e mostra os números. Parabéns.

Lamento apenas algo que salta aos olhos. A Oposição nesta Casa é a Situação em nível federal. O que mais me incomodava, quando joguei futebol, não eram os ataques dos adversários, mas os gols contra, os chutes contra o meu gol. Nunca vi um partido como esse. Um partido que torce contra Minas Gerais. Ele chega a essa tribuna e fala que Minas Gerais está quebrada. Fico impressionado com isso! Em Minas Gerais, o partido de Oposição tirou a Fiat do Estado. Tirou a Petrobras, o polo acrílico de Minas Gerais. Como V. Exa.



citou, as estradas estão um caos. Hoje o jornal “Estado de Minas” traz a notícia da BR-356, que nasce no Ponteio e vai até Ouro Preto e Mariana, patrimônio da humanidade. Gastam-se três horas para percorrer 90km. E é uma estrada federal. Não há nenhuma palavra da Oposição, do partido que está no governo federal, em defesa de Minas Gerais. Isso é gol contra. Eles fazem gol contra. E o Anel? E o metrô? Não dizem nenhuma palavra.

Quando Fernando Henrique era Presidente, ele inaugurou nove estações do metrô. E, todos os dias, eles gritavam: “SOS metrô.” Eles não fizeram um metro, nem um centímetro de metrô. Saneamento: não há investimento nenhum. Onde estão as casas, a habitação para as famílias?

Outro dia, a Presidente veio em Minas Gerais, mas foi a Betim. É um negócio de compadre ou de comadre. As comadres se reuniram em Betim. Ela não esteve em Minas Gerais, mas em Betim, que recebeu uma das maiores obras de saneamento no governo Fernando Henrique. O Riacho das Areias, a Avenida Marco Túlio estão lá. Era um governo do PT, e Fernando Henrique fez o Riacho das Areias.

Por fim, V. Exa. falou sobre aeroportos. A verdade é que o brasileiro não viaja de avião. Cento e cinquenta milhões de pessoas estão nas estradas, nos ônibus. Os outros é que viajam de avião. Agora, não sei se irão. Imaginem que a empresa aérea TAM abriu um voo de Belo Horizonte para Miami, mas não pode operá-lo porque não cabe no pátio. Como a Infraero não investiu, a TAM não colocará o voo Belo Horizonte/Miami, porque ele não cabe. Apenas três voos internacionais cabem em Confins, e as empresas TAP, American Airlines e Copa já estão lá. Não cabem quatro voos internacionais. Fizeram uma conta quando a Copa do Mundo chegar. Se a Alemanha chegar ao final da Copa, descerão 900 voos no Rio de Janeiro. Hoje podem descer apenas 150. Onde eles descerão? Em Manaus, Brasília ou em Confins, que cabem apenas três voos internacionais?

Lamento que a Oposição nesta Casa, a Situação no governo federal, fique o tempo todo fazendo gol contra. Não dizem nenhuma palavra em favor de Minas Gerais. Nenhuma palavra, Deputado Rômulo Viegas. Atacam o tempo todo o nosso Senador, o mais querido Senador Aécio Neves. Atacam o tempo todo ele e o mais eficiente Governador, Anastasia. E não falam com a Dilma. Ela visita Minas Gerais, faz a tricotagem de comadres em Betim, e acham que ela veio a Minas Gerais. Mas não veio!

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, Deputado João Leite. Concordo plenamente com V. Exa. O Senador Aécio Neves está em Brasília defendendo os interesses de Minas Gerais e do Brasil, num voo muito alto, muito além das fronteiras mineiras, e o nosso Governador Anastasia, um homem de direito administrativo, eficiente administrador, tem uma equipe extremamente competente.

Reconhecemos a importância desses empréstimos, porque, se o governo federal nos falta nos momentos de dificuldade, Minas Gerais não pode ficar parada. Minas Gerais tem de agir, Minas Gerais tem de atender as demandas da população, e isso o nosso governo tem feito muito bem. Lamentamos que, segundo a Oposição, tenhamos de desligar o cordão umbilical dos governos federal, estaduais e municipais. Isso é extremamente impossível, porque entendemos que somos um Estado federado, portanto precisamos desse apoio e dessa conjuntura. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, enquanto me encaminho à tribuna, concedo aparte ao Deputado Doutor Wilson Batista.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Sr. Presidente, serei breve. Quero fazer um convite: quinta-feira, às 9 horas da manhã, estaremos em Muriaé, no anfiteatro Zacarias, para discutir o enfrentamento do “crack” em nossa região. Sabemos que Muriaé hoje é a 13ª cidade mais violenta num universo de 853 Municípios do Estado. Tivemos, no ano passado, dezenas de homicídios, exatamente envolvendo o narcotráfico e os dependentes químicos.

É muito justo que esse enfrentamento seja realizado em nossa região, porque hoje todos somos conscientes de que essa droga tem devastado milhares de famílias. Sabemos que não é só uma questão de saúde, de segurança ou de educação. Hoje os jovens abandonam as escolas e as famílias quando começam a ser afetados pela dependência química do “crack”. Então, a Comissão estará presente na quinta-feira, às 9 horas da manhã, em Muriaé, para discutir o enfrentamento do “crack”.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares, pelo aparte.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, enquanto vou à mesa buscar o projeto, porque o esqueci, concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Agradeço a V. Exa. Agradeço também ao nosso Governador, Prof. Anastasia, por ter autorizado para o Sul de Minas a continuidade de dois trechos importantes que ligam os Municípios de Borda da Mata, Tocos do Moji, Jacutinga e Albertina. Acompanhamos o Secretário Carlos Melles na sexta-feira, juntamente com o Deputado Federal e Secretário Bilac Pinto, quando comparecemos a dois Municípios, em nome do governo, dando ordem de serviço para o reinício dessas duas importantes rodovias em nossa região.

Quero salientar, Sr. Presidente, que esses dois trechos são da mais alta importância para o desenvolvimento do Município e da região Sul mineira. Ficamos três anos parados em decorrência do atraso no início das atividades da construtora, que, infelizmente, não cumpriu as normas contratuais. O Estado precisou novamente contratar, licitar e dar agora como nova vencedora a empresa que assumiu os dois trechos importantes do Sul de Minas para o reinício das obras.

Parabenizo e agradeço muito ao Secretário Carlos Melles, ao nosso Governador, aos Municípios de Tocos do Moji, Borda da Mata, Jacutinga e Albertina. Esse é um sonho muito grande da sociedade e de toda a região.

Aproveito também, caríssimo Deputado Gustavo Valadares, para dizer que Jacutinga hoje está em festa. Desde sábado, Jacutinga é o palco da 35ª edição da Festmalhas. Há uma expectativa de se receberem mais de 100 mil visitantes nesse eixo de malhas tão respeitado na região, em Minas e no Brasil. No sábado mesmo, quando lá estivemos acompanhando o Prefeito Darci Cardoso, os Vereadores e Denis Bandeira, Presidente da associação comercial, verificamos a presença maciça dos expositores de toda a região.

Desejo, assim, mais uma vez, a Jacutinga, aos expositores, à minha Ouro Fino, a Monte São, que tem um olhar voltado para o setor de malharia, muito sucesso neste inverno e que as vendas sejam muito prósperas e vigorosas. Agradeço a V. Exa. o aparte.

O Deputado Gustavo Valadares* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Parece-me que a Deputada Luzia Ferreira quer, rapidamente, dentro dos 18 minutos que ainda me restam, participar da discussão. Concedo-lhe aparte, Deputada Luzia Ferreira.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Serei breve, Deputado. Já que estamos falando do Sul de Minas, estivemos hoje com a Comissão de Cultura na bela cidade de Poços de Caldas. Descemos no aeroporto, emoldurado por um céu maravilhoso, azul, que tornou a cidade ainda mais bonita, sem neblina. Estivemos lá eu, o Deputado Carlos Mosconi, a assessoria da comissão, fazendo uma audiência pública na Câmara Municipal. Estavam presentes também seis Municípios próximos a Poços de Caldas, discutindo o Sistema Nacional de Cultura. Na ocasião, o Prefeito Paulo César, de Poços de Caldas, fez adesão formal ao sistema nacional.

Essa discussão, além de levar informações aos gestores, aos Municípios, a agentes e produtores culturais, é também para transformar a cultura numa política pública relevante, assim como o são a educação, a saúde, que se organizam em rede e nos diferentes níveis da gestão, municipal, estadual e nacional. Sabemos que a cultura faz parte dessa possibilidade de realização maior do ser humano. Minas, com sua diversidade cultural, com sua expressividade do ponto de vista da produção cultural, quer também ter um sistema em que essa diversidade esteja representada e se amplie.

Foi um momento importante em que esta Casa, mais uma vez, deslocou-se até o interior para efetivar as suas ações, dar a possibilidade de ouvir de perto os segmentos organizados da sociedade nessa interação tão relevante em que se insere o Poder Legislativo. Sempre digo que é o único Poder que pode acolher a manifestação plural da sociedade. Fizemos isso hoje. Lá estivemos. Saímos bem cedinho. Voltamos e estamos aqui cumprindo o nosso dever de participar dessa discussão tão importante que é a aprovação de empréstimos encaminhados pelo Governador para ampliar ainda mais investimentos, ações sociais e urbanas que garantam a cidadania do povo de Minas Gerais. Muito obrigada pelo aparte.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço o aparte à Deputada Luzia Ferreira.

Mas quero voltar ao Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, no valor de quase R\$2.500.000.000,00, que serão utilizados em programas estruturadores do nosso PPAG, especialmente em dois programas importantíssimos, como já disse pela manhã, para darmos prosseguimento ao desenvolvimento do nosso Estado e à melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Muito me admira ouvir algumas poucas vozes contrárias a essa operação de crédito, que, para usar um termo melhor, sugerido pelo Deputado João Leite, fazem um gol contra, porque vêm de pessoas que conhecem e vivem a política atual e a realidade dos Estados e dos Municípios no desenho de hoje da nossa Federação. Se tivéssemos uma verdadeira Federação, Deputado Rômulo Viegas, certamente o Estado não estaria contraindo empréstimos para fazer investimentos em suas terras. Mas, como hoje o governo federal, a União detém mais de 70% do que se arrecada no País, cabe aos Estados fazer isso. É bom que fique claro que me refiro aos Estados que têm certidão positiva, capacidade de endividamento e, mais que isso, ficha limpa para que possam contrair um empréstimo. O Estado que tiver uma pendência junto ao governo federal ou a qualquer banco de fomento internacional não pode contratar empréstimo. Mas Minas é um dos Estados da Federação que têm capacidade para contrair empréstimos e condições de contraí-los de forma muito célere, porque tem a ficha limpa. Todos os compromissos assumidos por este governo ao longo dos últimos nove anos, que não foram poucos – empréstimos junto a banco japonês, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e junto ao Banco Mundial -, têm sido honrados e cumpridos à risca. Minas cumpre todas as contrapartidas pedidas por esses bancos de fomento, a começar do choque de gestão implementado por este governo, que serviu de base até para que esses bancos de fomento passassem a emprestar dinheiro sob uma nova fórmula: a contrapartida do governo é atingir metas sociais e de desenvolvimento humano, por conta da situação excepcional em que o Estado se encontra depois dos empréstimos contraídos.

Portanto, muito me assustam as poucas, ou melhor, as pouquíssimas vozes dissonantes que ouvimos hoje no Plenário, contrárias a essa operação de crédito. Especialmente porque essa operação servirá para levar asfalto aos quatro cantos de Minas, diminuindo a distância entre regiões. Até porque não precisamos mais de dinheiro para resolver o problema de cidades que não tinham ligação asfáltica. Veja, Deputado Rômulo Viegas, que foram necessários anos e anos de luta e de peregrinação de Prefeitos cujos Municípios não tinham ligação asfáltica para que, no início do governo Aécio, tivessem o seu sonho realizado. Hoje nenhum Município de Minas precisa vir a Belo Horizonte, à sede do governo mineiro, pedir dinheiro para asfaltar uma estrada, seja federal ou estadual, que faz a ligação com seu Município. Já estamos na segunda fase do processo de ampliação desse grande projeto de infraestrutura. Num primeiro momento, chamou-se Processo; agora, Caminhos de Minas, que busca, como disse, diminuir distâncias entre as regiões do Estado e trazer regiões que até certo ponto estão próximas, mas que, pela ausência do asfalto, estão ao mesmo tempo distantes de terem suas ligações mais rápidas e práticas. Então, o dinheiro será usado para isso.

E, mais do que isso, Deputado Hely Tarquínio, a quem concederei aparte em seguida: os Estados de hoje, como disse, muito por conta desse desenho da Federação atual, já não são mais aqueles Estados das décadas de 50, de 60, que tudo podiam e que tudo deviam fazer. Estado hoje, Estado bom, o Estado que tem uma boa gestão é aquele que busca parcerias com a iniciativa privada para aplicação de recursos em benefício da sua população; que busca empréstimo junto a bancos de fomento para usar recursos para financiar saúde, educação, no dia a dia, e para poder pagar em dia o salário dos seus funcionários. É bom deixar claro também que até o início de 2003 os funcionários não sabiam sequer quando receberiam seus salários; eram sete chamadas no mês. O Deputado Rômulo Viegas, se fosse funcionário público àquela época, não poderia contrair nenhuma obrigação para pagar no mês seguinte, porque não saberia quando receberia. É muito menos fazer uma previsão, um planejamento para viajar no final do ano, com a família, porque não teria previsão de quando receberia o 13º salário. Isso tudo mudou - e mudou por conta do famoso choque de gestão, que vem sendo copiado por todos os demais Estados e por grandes Municípios do nosso país. Quantos e quantos Prefeitos e Governadores de outros Estados, até de partidos contrários a esta gestão do governo, aqui, na Assembleia Legislativa, vieram a Minas em busca de aula para saber como se faz para gerir a coisa pública, como se faz para gerir o Estado, um Estado como o Estado de Minas.

Concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio, para, em seguida, continuar a explanação sobre o Projeto de Lei nº 3.060/2012.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Quero parabenizar o companheiro Deputado Gustavo Valadares pelo seu pronunciamento, pela sua defesa da Maioria, no caso, de maneira bastante lúcida e clara, para que todos entendam realmente essa álgebra administrativa. Essa álgebra é fácil, porque, na verdade, precisamos fazer convergir nossos espíritos para atender o povo.

Desde o primeiro dia do governo Aécio Neves, o que não me canso de falar, já inspirado no governo Fernando Henrique, abriram-se as Constituições brasileira e mineira para que se colocasse e materializasse a instrução formal da Constituição no que tange à administração da vida dos mineiros, buscando, sobretudo, reduzir desigualdades. Se se fizer um recorte dos 853 Municípios, encontraremos um cenário de ânimo, de apoio do governo estadual, apoio em todos os indicadores sociais.

Quero, Deputado, fazer minhas as suas palavras no que tange a esse projeto ambicioso, estruturador do Processo, desde o primeiro dia do governo Aécio Neves, o qual está terminando ou terminou agora, já com 10 anos. Sempre temos capacidade de sonhar, mas, ao materializar, a fisionomia da realidade é outra. Pedimos que desarmem os espíritos neste Plenário e pensem no povo de Minas Gerais, naquele mais humilde, naqueles em situação de risco, de sobrevivência, porque o governo de Minas tem feito essa álgebra para corrigir as desigualdades, na medida do possível, num vendaval, em espiral, de uma vida capitalista, em que o mundo está sem rumo humanista. Enfim, o governo de Minas tem rumo para frear essa ambição das pessoas, dos grandes em detrimento dos menores. Estamos fazendo essa álgebra existencial, que cito aqui, por meio dos projetos do governo. Nesta hora crucial em que precisamos aprovar os empréstimos, é natural que haja o contraditório. Mas o contraditório tem de buscar a lógica da vida, a lógica da realidade, e não, sonhar com ideologia e aqui virar uma verdadeira luta, uma batalha verbal, personalista, que não constrói hora nenhuma Minas Gerais. Queremos chamar a atenção para o fato de que a Maioria está buscando a aprovação e a Minoria está buscando usar todos os dispositivos de protelação da votação, baseados no Regimento Interno, e isso é natural. Mas agora vislumbramos e, se Deus quiser, à noite, poderemos votar esses empréstimos, que serão contraídos com a capacidade de endividamento de Minas Gerais, porque, do contrário não seria possível. Aí faço minhas as suas palavras.

Quero parabenizá-lo e dizer que faço coro com você e torço para que a Oposição deixe de lado o radicalismo e às vezes até a hostilidade nas palavras, a fim de que possamos construir a emancipação do povo de Minas Gerais. Estamos aqui para emancipar o cidadão, e isso é cidadania. Parabéns, Deputado!

O Deputado Gustavo Valadares* - Eu é que agradeço a V. Exa. O Deputado Hely Tarquínio é um grande professor, Deputado João Leite.

Antes de conceder aparte a V. Exa., nos minutos finais que nos restam, gostaria de falar que temos uma situação muito simples. Esses empréstimos que estamos aprovando hoje, na verdade, já foram aprovados durante o exercício do final do ano passado, Deputado Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira. O que aconteceu foi que parte desse dinheiro que agora estamos contraindo e buscando junto ao BNDES era do BID. Estamos trocando, porque o BID disse que só teria o dinheiro disponível para o Estado a partir de 2013. Hoje o Estado não precisa mais esperar, ele tem que contrair o empréstimo e trazer esse dinheiro para começar as obras o quanto antes. O desenvolvimento e a melhor qualidade de vida da população de Minas não pode esperar até 2013. Por conta disso, estamos apenas alterando. O BNDES iria emprestar-nos um valor e está oferecendo um outro um pouco maior agora. Para ficar bem claro que isso já havia sido discutido no final do ano passado; o que está mudando é apenas o valor do empréstimo.

O Deputado João Leite (em aparte)* - É importante a informação que V. Exa. traz de que é apenas uma alteração contratual. O governo, como sempre, tem o cuidado de enviar à Assembleia Legislativa a solicitação ao Poder Legislativo de autorização para mudança contratual. Portanto, o governo não trabalhou com decreto, com medida provisória, trabalhou democraticamente.

É importante também lembrar aqui a manifestação do nosso Líder Hely Tarquínio, que, muitas vezes, Deputado Gustavo Valadares, fuge até ao meu alcance. Ele citou várias coisas. Numa das nossas reuniões, ele havia citado que o subconsciente é o porão das ideias e hoje ele citou que sonhamos, mas a materialização do sonho é realizada lentamente. E terminou dizendo sobre a luta ideológica que se dá neste Plenário, personalista, que desconhece o interesse da vida. Disse ele aqui que trabalha pela emancipação do cidadão de Minas Gerais. Então, fomos novamente brindados pela manifestação do Deputado Hely Tarquínio, que sem dúvida é um dos nossos pensadores.

Quero parabenizar a discussão que V. Exa. faz desse projeto e lembrar ao povo de Minas Gerais a importância do Estado ter esse fôlego para investimento. Lembrar também os números de Minas Gerais. Desde 2003, Minas Gerais investiu R\$23.000.000.000,00 em obras - aí está o Processo, que V. Exa. citou. Dos R\$23.000.000.000,00, R\$19.000.000.000,00 foram do Tesouro Estadual, só o restante foi de empréstimos contratados. Portanto, Minas Gerais teve muito fôlego durante estes anos para investir. Mas é importante agora que se dê para o Estado essa nova condição de investir em questões fundamentais para os mineiros. Ninguém pode ser contra isso. Ninguém pode ser contra recursos para serem investidos na segurança pública, na infraestrutura, nas estradas. Concordo com V. Exa. Parabéns!

O Deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado. Para encerrar, quero esclarecer à população de Minas, àqueles que, por qualquer questão, estiveram presentes e assistiram pela TV Assembleia apenas o pronunciamento de um Deputado da Oposição: que fique claro que só pega dinheiro emprestado quem tem condições de pagar e é bom pagador. Minas está pegando dinheiro emprestado porque é bom pagador e cumpre suas obrigações. Qualquer Estado que tenha capacidade de endividamento à disposição, assim como disposição e coragem para investir em obras de infraestrutura e melhorar a qualidade de vida da sua população, pode ter certeza de que vai atrás de empréstimo. Minas paga em dia, cumpre seus compromissos em dia e assim continuará.

Faço um último apelo à pequena Oposição desta Casa: que caminhe conosco na votação desse projeto hoje à noite e vote "sim", pelo empréstimo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputados, bancada da imprensa e companheiros das galerias, uma saudação especial. Aqueles que estão pedindo a reintegração já de um ex-policia militar sejam bem-vindos à Casa do Povo, ao espaço democrático onde todos podem opinar, embora aqui opinar seja uma tarefa árdua para a Oposição. Na verdade, a censura em Minas impera há muito tempo. Aliás, é uma censura imposta desde o governo Aécio Neves, que impera até hoje e faz com que a voz da



Oposição seja sempre considerada pequena. Alguns ameaçam dizendo: “Olha, não é possível falar isso; não se pode dizer aquilo”. É impressionante a toada da Situação e seu ritmo autoritário.

Em Minas, o Senador Aécio Neves acostumou mal tanto a mídia quanto a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Em Minas, tudo deve se submeter às razões pessoais e ilegítimas do Governador Aécio Neves. Aliás, digo ilegítimas porque são feitas com métodos antidemocráticos e não por meio do debate político e de ideias. Não. Aécio tudo domina com verbas e “manditismo”. Aliás, é bom dizer que “manditismo” é uma palavra que inventei aqui porque, senão, depois dirão banditismo; refiro-me a mando, a mandar fazer. É assim que funciona e sempre funcionou o governo Aécio Neves em Minas Gerais. Então as vozes dissonantes e dissidentes são sempre difíceis de ser ouvidas. Há pessoas que têm dificuldade de escutar o contraponto, aquilo lhes dói. Esse é um espírito autoritário. Aqui em Minas, o Senador Aécio Neves fez com que diversos setores se acostumassem com esse espírito autoritário. Então, na Assembleia funciona desta forma: para se discutir um projeto de lei, é preciso negociar e, assim, pode-se ser ouvido. Do contrário, a base do governo retira o quórum e não escuta o contraditório. É assim que funciona aqui. É importante que o telespectador saiba como tem funcionado o esquema de calar qualquer voz dissidente em Minas Gerais.

A Oposição veio para ficar porque o Estado de Minas Gerais é mal governado. A verdade é que o PSDB quebrou Minas; quebrou e agora confessa. O déficit zero foi uma mentira, apenas de efeito eleitoral. Agora Minas está quebrada. O governo confessou que a quebrou e assinou um TAG com o Tribunal de Contas para não cumprir a Constituição. Conforme disse, Minas está quebrada e não consegue aplicar 25% na educação no Estado. Aécio quebrou Minas, e o Anastasia agora proíbe as professoras de merendarem. Além disso, cria salas multisseriadas em que as professoras ensinam a uma parte dos alunos trigonometria; a outra, ensina a ler.

Assim funciona a Minas Gerais real, a Minas quebrada por Aécio Neves. Não conseguem aplicar 25% na educação em Minas Gerais. Vejam que absurdo. Aliás, não aplicam o mínimo constitucional desde 2003. Aécio e Anastasia, com esse TAG, saem devendo cerca de R\$15.000.000.000,00 na educação e na saúde. Na saúde, não há dinheiro para reformas de centros de saúde e hospitais.

Mas o mais engraçado de toda essa peça é que, depois de quebrar Minas, dizem que a culpa é da Presidenta Dilma, a elegem como a culpada da quebradeira que fizeram em Minas Gerais, com a “Brasilinha” construída, desnecessariamente, por R\$1.500.000.000,00, um gasto feito à toa. Para não falar da segurança pública, que vai mal. Os Municípios que não possuem Delegado de Polícia são maioria. Há Prefeitos que têm de pagar gasolina para a Polícia Militar transitar no Município, têm de disponibilizar servidores na delegacia de polícia, porque não há Escrivão nem concurso suficiente. Os Prefeitos reclamam, porque fazem contrato caro com a Emater, e apenas um técnico tem de assistir a 2 mil produtores, para ter o recurso do Pronaf, um programa do governo federal.

Além de tudo, o PSDB é ingrato. Agora querem fazer mais empréstimos. Aliás, sempre foi assim. Vocês se lembram? Muitos têm a felicidade de não se lembrar, mas a gente que é mais velho, infelizmente, ainda se lembra dos tempos de Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil ia ao exterior pedir dinheiro para o Fundo Monetário Internacional. O Brasil estava falido, devendo ao FMI, uma dívida impagável. Era assim que o Brasil funcionava. Depois vendiam as suas empresas, lembram? Aí tinham de vender as empresas nacionais. O PSDB vendia o Brasil para pagar juros da dívida do FMI. Aqui, em Minas, o PSDB funciona mais ou menos dessa forma. O Aécio pegou muito dinheiro emprestado, foi muita coisa, e agora, como não tem como pagar os juros da dívida, deixa de aplicar recursos na educação, na saúde e na segurança pública. Assim está Minas Gerais. Como ele não tem como governar, porque a incompetência está demonstrada, a gestão não é o que disseram, o déficit zero é uma mentira e o choque de gestão foi de indigestão no serviço público, então, só lhe resta pedir dinheiro emprestado. Esse é o tema dos projetos expostos aqui. São mais R\$3.100.000.000,00 de empréstimo agora. Dizem que é para abrir estradas. Quais estradas? O projeto Minas não é acesso, é Minas... Sei lá, inventam um nome, esse projeto praticamente não está andando. Mas a verdade é que não dizem onde serão construídas essas estradas que querem abrir. Ninguém sabe. Já perguntei aos Deputados do governo, pedi a relação, perguntei quais estradas serão priorizadas, se isso já foi anunciado aos Prefeitos e se eles podem esperar. Não conseguiram o dinheiro no banco do Japão. Os Deputados, os poucos que têm coragem de vir aqui defender o governo, porque só vêm aqui atacar a Dilma, já que o governo de Anastasia não faz nada, então, têm de vir aqui atacar a Presidente Dilma, que, aliás, está fazendo um excelente governo... O Lula concertou o Brasil apesar do FMI e está sendo atacado pelos tucanos. Que preconceito que têm! O preconceito da elite brasileira é muito forte. Têm preconceito de um operário, que chegou no governo e mudou o Brasil com dignidade, que resgatou, tirou o País das mãos do FMI e o colocou para crescer, desenvolver e dividir renda com o Bolsa Família. Isso arrepia as elites, que têm preconceito, têm preconceito de pobre, não gostam do Bolsa Família, do ProUni, do Pronaf, não gostam, na verdade, de dividir renda. Essa é a verdade sobre a elite brasileira, que, por ser conservadora, vive atacando Lula. Tem ódio de um operário que mostrou ao Brasil como é viver com dignidade, o que é dividir renda.

Aí, nesse afã de assim agir, pedem dinheiro emprestado ao banco japonês, que não emprestou. Então tiveram que ir ao BNDES.

A Presidenta Dilma permitiu que o BNDES fizesse o empréstimo, e isso também não foi dito. Para continuar falando mal da Presidenta Dilma, não reconhecem que o dinheiro vem do BNDES. Reclamam da dívida do governo federal, mas vão a ele pedir o empréstimo, e pagam mais juros pelo que devem à Cemig do que aquela dívida que eles próprios renegociaram, entre Azeredo e Fernando Henrique Cardoso, que foi a dívida que fizeram para pagar esses juros que hoje chamam de agiotagem. A negociação foi feita de tucano para tucano, sob o auspício do Fundo Monetário Internacional na época.

É preciso resgatar a história para saber por que não acreditamos nesse empréstimo. Não sabemos onde esse dinheiro será aplicado. Disseram que é para um projeto para estradas, mas não falaram onde essas estradas serão construídas. E depois começarão a pagar esse empréstimo em 2015, ou seja, no próximo governo.

Ora, se não conseguem aplicar 25% na educação agora, aplicarão em 2015? Como estarão as escolas? Por isso a Universidade do Estado de Minas Gerais não recebe quase recurso nenhum do governo do Estado. Tudo depende do governo federal, que abre escolas federais em Minas. O Prof. Anastasia deveria agradecer à Presidenta Dilma.

Outro dia fiz uma listagem do investimento do governo federal. Nunca na história do Brasil, nem na história deste Estado - para lembrar o nosso querido Presidente Lula, este, sim, o mais querido do Brasil -, investiu-se tanto recurso em Minas Gerais quanto

agora: recursos das obras do PAC para saneamento e infraestrutura, que estão aí para todos verem, e recursos sociais para o Bolsa Família e para a agricultura familiar.

Enfim, o Brasil cresce e se desenvolve, apesar da crise europeia, a crise do capitalismo, do neoliberalismo, que é a marca da oposição ao Presidente Lula e à Dilma. O neoliberalismo era o remédio que sanaria todos os problemas. O mercado resolveria tudo, e assim se tentou fazer com que o Brasil engolisse uma peça publicitária, que levou ao aprofundamento da miséria do nosso povo. Felizmente os tempos são outros. O Brasil se desenvolve.

A Presidenta Dilma agora encara os banqueiros. Opa, juros altos não; basta! Aqueles juros de FMI, da época de FHC, não. Os juros serão diminuídos, e a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, que não foram privatizados porque Lula não deixou, já baixaram suas taxas de juros e agora obrigarão os banqueiros a baixarem também. Isso desespera alguns. A Presidenta Dilma encara os banqueiros e diminui a taxa de juros para que o Brasil continue se desenvolvendo e crescendo apesar da crise internacional. Então a Europa, os Estados Unidos e os países árabes estão numa crise absoluta, a crise do capitalismo, que se dizia eterno, todo-poderoso. E isso mostra o papel do Estado, que é o de coordenar o crescimento e o desenvolvimento. Negamos o neoliberalismo para construir um governo com característica democrático-popular, e isso entra em choque direto com as elites, com os poderosos, que sempre quiseram para eles o lucro do crescimento. Isso é preciso ser dito aqui.

Quando um governo popular adentra no Brasil, ele é sempre atacado. Getúlio Vargas foi atacadíssimo. Quase o derrubaram. Ele teve de dar um tiro no ouvido de tanto que fizeram na época. A UDN – que tem a mesma origem do DEM, parceiro do PSDB – falava mal de Getúlio Vargas, porque ele fez a lei trabalhista, a carteira assinada e o 13º salário. Lembram? Quase derrubaram Getúlio Vargas. Depois veio Juscelino, e falaram muito mal dele. Derrubaram Jango e quase derrubaram Brizola nas eleições no Rio de Janeiro. As elites brasileiras não suportam o povo, muito menos os governos populares. Essa é a história do Brasil. Seus heróis são sempre aqueles que sonham com golpes, que constroem não a democracia popular, a divisão de renda, mas os direitos da elite, que dominam a grande imprensa, que só relatam e fazem o que querem com verbas polpudas do Estado.

É preciso dizer isso. O nosso povo precisa escutar essa história. Atacam qualquer tipo de governo popular. São contra Cristina Kirchner, na Argentina, porque encarou os poderosos. São contra Hugo Chaves, na Venezuela, porque encarou os donos das empresas petrolíferas que submetiam os Estados Unidos ao imperialismo americano. Aí tinham que atacar também os governos populares na América Latina.

No Brasil, quando Lula assumiu, Fernando Henrique queria instalar a Alca. Lembram-se da Alca, o livre comércio das Américas? Em suma, o Brasil viraria quintal dos Estados Unidos. E Fernando Henrique estava à frente, devastando o quintal do Brasil por imperialismo americano, por meio do livre comércio das Américas. Diziam: “Ou era o livre comércio das Américas ou o Brasil iria para o fundo do poço”. O Lula entrou no governo e o livre comércio das Américas acabou não apenas no Brasil, como na América Latina, e passamos a ter o processo de desenvolvimento do mercado interno no Brasil dividindo renda. Houve aumento de salário mínimo, Bolsa Família, Pronaf, créditos e divisão de renda. Os pobres salvaram o Brasil da crise porque 50 milhões de pessoas passaram a não ser mais miseráveis, a consumir e a rodar a roda da economia no Brasil. Isso fez com que o Brasil não se rendesse à crise internacional dos poderosos, como o México está rendido nos dias de hoje.

Essa foi uma forma de enxergarmos a construção do novo Brasil. Foi essa a forma encontrada por um governo popular não apenas neste país, mas na América Latina, que se contrapõe à saída conservadora que na Europa ainda tentam colocar. Ou seja, a saída do neoliberalismo, da austeridade econômica de apertar o cinto, de demitir pessoas.

Isso não condiz mais com a realidade da crise econômica mundial. Hoje a forma de combater crise mundial é essa da América Latina, de fortalecer o papel do Estado, de fazer o plano de desenvolvimento do Estado, como PAC e o investimento financeiro nas camadas mais pobres da população. Essa foi a forma encontrada, para levar o País a ter o seu desenvolvimento. E isso não aconteceu apenas no Brasil, mas - repito - na América Latina, que hoje está livre dessa crise profunda.

Antes de conceder um aparte ao Deputado, gostaria apenas de concluir meu raciocínio e dizer o que isso tem a ver com Minas Gerais. O governo de Minas não optou por esse caminho de desenvolvimento, de planejamento do desenvolvimento de Minas enquanto Estado e governo. Ele manteve a propalada tese neoliberal: o choque de gestão contra a saúde, a educação, o serviço público. O Estado não se organizou e não apostou no desenvolvimento. Apostou apenas em exportação de “commodities” de minério, e o PIB vai e vem conforme o preço das “commodities”. Com a crise internacional, Minas cai, como tem caído agora. É o Estado que menos cresce, que mais cai e que tem o menor PIB, exatamente porque não apostou no desenvolvimento interno. E a base do governo fica sem entender por que dizem que os Estados do Nordeste têm crescido mais que Minas. Claro que têm crescido mais! Os Estados do Nordeste apostaram no desenvolvimento, viram que o procedimento era organizar o Estado para a sua aptidão de desenvolvimento. Apostaram na agricultura familiar. Apostaram no modelo industrial, e não no mero modelo de exportação de “commodities” de minério. Apostaram no desenvolvimento que o Brasil está tendo e não em choque de gestão e no déficit zero. Os Estados não se limitaram apenas a pedir dinheiro emprestado, a aumentar a sua obrigação de pagamento de juros e, nesse sentido, ir falindo. Por isso, Minas é o Estado que mais deve. Os tucanos faliram Minas. Aécio Neves quebrou Minas Gerais. Ele nunca disse isso, mas, quando foi eleito Senador, foi à imprensa e disse que a dívida é impagável. Ora, o déficit não era zero? O choque não era de gestão? Minas não era uma verdadeira maravilha colocada dentro do Brasil? Um oásis de desenvolvimento? Agora Minas está quebrada. Minas quebrou. Choque de gestão, corta na educação. Corta na saúde. Corta na segurança pública.

Mas, para a “Brasilinha” tudo tem, porque a “Brasilinha” será vista como a maior obra de Aécio Neves para projetá-lo a uma experiência pessoal, porque deseja ser Presidente. Nada contra ele desejar ser Presidente. Nada contra o partido dele o lançar como Presidente da República. É um direito que ele tem. Mas usar o governo de Minas como projeto pessoal? Isso não!

Isso não podemos deixar que aconteça, calados. Por isso a Oposição na Assembleia passou a ser tão temida e combatida. Sempre que ela abre a boca, tremem, têm medo. Mesmo a imprensa ficando calada, há a internet, e há o temor de que o projeto pessoal não vingue, porque tem pés de barro. Aquele que tinha o déficit zero e o choque de gestão arrumados, como solução, confessou agora que Minas está quebrada e quer mais dinheiro emprestado. Podemos emprestar mais dinheiro para um Estado que está quebrado?



O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Deputado, a raça humana é assim mesmo, independentemente de partido ou de governo. A região considerada a mais velha do mundo, que deveria ter a maior experiência, está em falência. É o caso dos países da Europa. Estive no Cairo, no Egito, e fiquei impressionado ao saber que o povo tem que morar no cemitério, porque não há outro lugar. Morar em cemitério no Egito, um país que data de 4000 a.C. A raça humana é uma coisa só, independentemente de partido ou de filosofia. Por exemplo, o Collor foi colocado na rua por 10 vezes menos do que tem acontecido no governo Lula. Acredito que esteja sendo feito, como fez o Lula, no governo da atual Presidenta.

Nós, da raça humana, somos feitos de uma massa só. Os que reclamam não têm vergonha na cara, os que governam não têm vergonha na cara, os que fazem discursos fantásticos não têm vergonha na cara, porque usam de figuras de linguagem e de trocadilhos, que no fundo não resolvem nada. Desculpem-me, mas estive nesses países, e em um país como o Egito, em que grandes impérios se levantaram e caíram, e todos esses impérios, ao cair, tornaram a cidade do Cairo miserável. O povo pobre invadiu o cemitério e fez colunas em cima das sepulturas, construíram salas e mais salas e mais salas. Dá para imaginar um país dessa maneira? Imaginem, por exemplo, o país de onde saiu a democracia, que deveria ter desenvolvido a democracia, estar na mesma situação! Por que uma parte do planeta Terra que existe há milênios está em crise? Todos estão em crise. A Grécia, o lar da democracia, está em grande perigo. Por que lá essa democracia, com a qual aprendemos, nunca foi para a frente, estando cada vez pior, pior, pior? É porque a massa humana que administra as coisas do povo estraga tudo. É ela que estraga tudo.

Era de se esperar que democracia fosse a melhor forma de governo. É a pior, mas é a melhor que temos. Se na Grécia a democracia não deu frutos, muito menos dará aqui. Não dará fruto em razão da ganância dos poderosos, da ganância daqueles que comandam. Tive oportunidade de estar em países da Europa. Dá tristeza ver a miséria de alguns países, que estão numa crise total.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Não é sua culpa, Deputado. A culpa é nossa. Essa raça que não presta habita um país tão rico. Estamos acabando com este país. Não se preocupe, vamos acabar com ele.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado pelo aparte, Deputado. Essa é uma teoria que respeito, embora existam opções a serem feitas no mundo. A crise do capitalismo é a crise de um modelo, de uma opção. É preciso construir uma alternativa não só no Brasil, mas também no mundo. A alternativa neoliberal, a alternativa do capitalismo mostra-se fracassada. Devemos encontrar uma alternativa em que o Estado e o governo tenham seu papel, em que a divisão de renda seja o pressuposto básico, em que haja justiça social. Ou construímos algo desse tipo, ou entraremos sempre na crise da ganância e do individualismo. O ser humano tem de fazer opções, a partir do debate da história. Fico com a tese de que esse modelo, hoje em crise, precisa de fato ser ultrapassado.

Repito que aqui em Minas a opção foi pela manutenção desse modelo já falido, no Brasil e no mundo. Felizmente o modelo foi derrotado no Brasil, mas em Minas prevaleceu esse modelo político-econômico falido. Por isso, depois de 9 anos, o choque de gestão revelou um Estado quebrado. É o mais endividado do Brasil, sem capacidade de elaborar projetos até para captar recursos federais. Está comprovadamente falido, tanto que Anastasia teve de apelar para o Tribunal de Contas do Estado a fim de pedir uma estranha autorização para investir os mínimos constitucionais em saúde e em educação somente em 2014, se houver dinheiro. Se o governo Aécio fez uma excelente gestão, por que costumeiramente fraudou as prestações de contas de seu governo, incluindo gastos constitucionalmente vedados com inativos, saneamento de empresa de capital aberto e outras rubricas em saúde e educação?

Quanto à infraestrutura para o desenvolvimento, a rigor, a não ser pela assinatura de 300 protocolos de intenções, seus dois governos não trouxeram nenhum grande empreendimento industrial para Minas Gerais. O déficit zero, alardeado por ele, o qual já foi desmontado pelo economista Fabrício de Oliveira, da Unicamp, não passou do que chamamos de contabilidade criativa. Nenhum outro governo estadual do PSDB, que inicialmente tenha caído no engodo do choque de gestão e recebido sua equipe de consultores e técnicos, fez apologia ao programa. O choque de gestão só serviu de exemplo aqui em Minas Gerais.

Na falta do que escrever, o Senador Aécio Neves, que toda semana escreve para a "Folha de S.Paulo", acaba dando um tiro no pé. O arsenal político dele é muito limitado. A máquina de propaganda de seus governos enganou parte do eleitorado mineiro por algum tempo. Agora caiu a máscara. Se isso não convence nem em Minas Gerais, convencerá quando da disputa no Brasil? Enquanto isso, Aécio Neves vai tocando o mesmo disco. Ele tenta vender para o Brasil a ideia de que o choque de gestão e o déficit zero fizeram bem para o Estado. Agora Minas está quebrada e mais uma vez pede dinheiro emprestado para pagar juros, a partir de 2015, pois não consegue cumprir o mínimo constitucional na saúde e na educação. Ele, todavia, conta com a boa vontade de órgãos de Estado, que infelizmente ele domina, como é o caso do Tribunal de Contas.

Entretanto, tenho fé de que o Ministério Público, por meio das Promotorias de Educação, de Saúde e de Defesa do Contribuinte, conseguirá fazer com que esse TAG seja derrubado, para que o governo volte a ser obrigado a fazer aquilo que a Constituição determina, que é a aplicação de 25% em educação e de 12% em saúde. Um governo que não cumpre o mínimo constitucional, naquilo que é a essência da Constituição, a partir de 1988, é um governo que abandonou a ideia de ser governo.

É um governo que prefere agora dominar a estrutura de Estado, como, por exemplo, o Tribunal de Contas, em vez de fazer cumprir o mínimo constitucional. Então, Sr. Presidente, acho que, com isso, fica um pouco explicado, embora o tempo seja curto, por que não acreditamos que esses empréstimos sejam a solução para Minas Gerais, pois serão apenas mais juros a serem pagos posteriormente, a partir de 2015. Isso levará Minas Gerais, certamente, a ter uma contradição ainda maior e uma dificuldade ainda maior de investir nos setores essenciais, como saúde e educação. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Presidente, Deputado Inácio Franco, Srs. Deputados, especialmente João Leite e Rômulo Viegas, faço este pronunciamento prazerosamente, na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 3.060/2012, que veio a esta Casa por meio da Mensagem nº 214/2012, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, autorizando o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências.

Antes mesmo de tecer comentários a respeito da matéria, queria aqui reportar-me ao início da minha fala, com a referência a esta proposição: a Lei nº 19.969, que já foi aprovada por esta Casa no final do ano passado e que autoriza o Poder Executivo a realizar

operação de crédito com o BID e dá outras providências. Portanto, é salutar lembrar aqui aos presentes e àqueles que nos veem que não é verdadeira a afirmação de que o Estado busca um novo financiamento. Isso não é verdadeiro, porque já existe uma lei, aprovada no ano passado, que dá ao governo de Minas o direito de buscar recursos para melhorar a vida dos mineiros e as condições do Estado de Minas Gerais.

Quando falamos a palavra “altera”, subentende-se que alguma coisa já está pronta e que nós, então, estamos propondo alguma modificação. Cabe aqui ressaltar que os recursos que o governo de Minas vai buscar no exterior para atender à demanda do nosso Estado, por exemplo, às melhorias das rodovias, às pavimentações do Caminhos de Minas, às pavimentações na região Norte do Estado de Minas, do Jequitinhonha...

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, V. Exa. me permite abrir aqui a página do DER?

O Deputado Duarte Bechir - Perfeitamente.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Está na página do DER: “Saiba sobre Caminhos de Minas”.

Agora há pouco, recebi um telefonema de um grande amigo, Ebenézer Fagundes, que mora em Vitória da Conquista, mas seus filhos em Belo Horizonte. Até disse a ele que faria uma homenagem, citando um trecho próximo à Bahia, onde ele mora. Por exemplo, no Caminhos de Minas, estão Almenara, Jacinto, Salto da Divisa, Jequitinhonha e Mucuri, ou seja, é uma extensão de 61km no Caminhos de Minas. Almenara - Pedra Azul, subtrecho Almenara - Pedra Grande: 35km serão asfaltados. Temos aqui na página do DER tudo que será feito: Arapuá, Tiro, Abaeté, Moema, Ataleia - divisa de Minas Gerais com Espírito Santo; Ataleia - Ouro Verde de Minas; Baldim - Santana do Riacho; o contorno de Bambuí (que interessa tanto a V. Exa. que tem lutado muito por ele); Bambuí, entrocamento da BR-354, com entrada de Esteios. Está tudo aqui, mas disseram que não conhecem o Caminhos de Minas. Ora, é só entrar na página do DER. Está tudo mostrado aqui, onde serão investidos os recursos.

É interessante ver que há longos percursos que serão asfaltados. Também gostaria de fazer menção ao contorno de Espera Feliz, na Zona da Mata, Esmeraldas, São José da Varginha, que estão aguardado também o asfalto. Portanto, só queria aproveitar para dizer, com transparência, onde os recursos serão utilizados pelo governo do Estado. É isso que estamos votando, e é dessa maneira que o governo do Estado utilizará esses recursos, dos quais V. Exa. se lembra bem. É alteração de algo que já votamos. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Deputado João Leite está sempre à disposição e com intervenções valorosas nesta Casa, dando oportunidade ao orador de complementar as suas ideias. Sempre foram assim as intervenções de V. Exa., por isso lhe agradeço mais uma vez na tarde de hoje.

Eu falava da região que será beneficiada. Sabemos, primeiramente, da natureza desse recurso, para o qual fui designado relator: serão US\$80.000.000,00, a serem aplicados na execução das ações estabelecidas no programa de fortalecimento da segurança cidadã. Deputado João Leite, são recursos a serem investidos especialmente no fortalecimento da segurança cidadã.

Item 1 desse recurso que será investido: Minas mais segura. Item 2: infraestrutura da Defesa Social. Item 3: ensino e treinamento dos servidores do Sistema de Defesa Social. Item 4: gestão integrada da Defesa Social. Item 5: Copa de 2014 - Belo Horizonte será uma das sedes. Item 6: apoio à administração pública. Item 7: modernização da gestão do Ministério Público. Esses são os itens que a citada lei atenderá, no bojo, que o governo do Estado planeja como ação para esse financiamento.

Não poderia deixar de expor aqui uma das condições mais importantes desta matéria: o BID, Deputado Doutor Viana, Presidente, emprestará a Minas Gerais esses recursos ao custo de 1,5% ao ano, Deputado João Leite, mais o “spread”, que é uma taxa de risco, chega a menos de 3% ao ano. É o que o governo de Minas pagará de custo por trazer esse recurso para a segurança do Estado.

Às vezes, vemos aqui na Casa parte da Oposição pedir esclarecimentos, procurar algum problema para esconder atrás do seu próprio problema, para esconder atrás da sua verdade, que dói, machuca, ofende. Enquanto o governo de Minas vai ao exterior buscar recursos - e vai pagar 3% -, atualmente o governo federal nos cobra 7,5%, e cobrará 6% ao ano. Que diferença, Deputado Doutor Viana, Presidente, que diferença. O governo de Minas vai ao exterior buscar recursos em mecanismos internacionais e pagará menos de 3% ao ano. O governo de Minas, na mesma trajetória, vai a Brasília buscar recurso com a nossa “mãe” - entre aspas porque pensávamos, grande Deputado Dilzon Melo, que seria mãe, mas é madrastra. Se tivéssemos o apoio do governo federal, não poderíamos pagar a metade para o exterior e o dobro para o governo de Brasília.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte) - Fico muito indignado quando vejo um pronunciamento dessa natureza, Deputado Duarte Bechir. Os dados aí estão, os números são inquestionáveis, as contas são matemáticas. Por que o governo não age com esse mesmo discernimento para cobrar dos Estados as taxas que o governo de Minas está empreendendo junto a bancos internacionais? Esse dinheiro será aplicado para o crescimento de Minas. Eu estava vendo a relação aqui, com o Deputado João Leite: seguramente estão incluídos para duplicação uns oito trechos de Minas Gerais, entre os quais Varginha, nesse melhoramento que o governo está se propondo fazer.

Talvez os adversários não queiram entender que o Caminhos de Minas seja um processo de continuação dos ProMGs que abrimos, dos Proprocessos que os governos Aécio Neves e Anastasia mostraram com tanta eficiência. O Estado se desenvolveu.

Talvez não consigam ver que o PIB, o crescimento de Minas, se dá em função dos investimentos que o Estado fez ao longo desse tempo, principalmente em rodovias, em estradas rurais, que, na verdade, levam ao desenvolvimento. Ficam, às vezes, trabalhando numa demagogia exacerbada de que temos de levar desenvolvimento para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, levar indústrias, quando, na verdade, não temos nem estrada. A estrada leva o progresso à frente dos outros investimentos. Todos eles sabem da seriedade com que o governo se empenhou na aplicação desses recursos ao longo do tempo, tanto que, na aprovação no Tribunal de Contas, nem ressalvas existiram quanto a esses empréstimos que foram adquiridos. Agora, talvez, na situação em que estão, de oposição, tenham de encontrar algum defeito na obtenção desses recursos, que são para o investimento em Minas. Se tivéssemos recebendo os recursos que outros Governadores, da situação, estão recebendo, talvez Minas não precisasse desses empréstimos. Se tivéssemos recebendo de volta aquilo que os mineiros pagam de impostos para esta Minas de 853 Municípios, talvez não tivéssemos recorrendo a empréstimos. O governo não se faz reconhecendo o adversário, mas vendo necessidades. Pregam isso a todo momento, inclusive na liberação de recursos das nossas emendas. É muito comum vermos Deputados da Oposição dizendo: “E



as nossas emendas? Por que elas não são liberadas”. E dizemos: “Por que o Estado de Minas não é agraciado com os recursos que estão na área federal e de que Minas tanto precisa?”. Temos a maior malha viária neste país, mas ela não é reconhecida.

Assim, parabeno-o pelo discernimento, pelo esclarecimento que faz quando o Governador nos manda esse projeto, que diminui, inclusive, o empréstimo que se ia fazer junto às fontes internacionais. Infelizmente, faz-se obstrução, coloca-se defeito nessa obtenção de recursos, mal se sabendo que, entre essas estradas que estão sendo previstas no Caminhos de Minas, muitos Municípios são administrados pela própria oposição. O governo de Minas não se preocupa com quem é o Prefeito e a qual partido pertence, mas vê a necessidade que os cidadãos de Minas tem dos recursos que, há muito tempo, estão sendo negados.

Parabeno-o, assim, pelo discernimento. Peço a compreensão dos adversários, que podem fazer oposição, mas que a façam com inteligência e não da forma como têm feito, querendo encontrar defeitos onde não há. Se estivéssemos aqui vendo companheiros da base do governo, talvez déssemos um pouco de razão a eles, mas não é isso que acontece em Minas Gerais.

Quando fomos distribuir as ambulâncias na Secretaria de Saúde, há pouco tempo, fiquei abismado ao ver quantos Prefeitos do PT lá estavam recebendo as ambulâncias para o melhoramento da saúde nos seus Municípios. Então pedimos compreensão. Vamos fazer oposição, mas de forma inteligente, e não de forma pessoal, como tem sido feito nesta Casa, achando defeitos, quando a vida particular pertence a cada um. Estamos aqui para censurar e criticar a vida administrativa daqueles que se colocam como homens públicos.

Aproveito para agradecer ao governo as cidades do Sul de Minas beneficiadas, essa região à qual V. Exa. pertence e que defende tão bem. É mais um reforço que tivemos aqui para defender essa região. No passado, noutros governos, dizíamos que o Sul de Minas contribuía com 13,9% do PIB. Quando a administração era de outros governos, não recebíamos nem 5% de retorno. Hoje estamos tendo investimentos da melhor maneira, e eles são proporcionais à nova contribuição ao PIB do Estado.

Parabéns ao governo. Parabéns a V. Exa. e a todos os que têm o discernimento de escolher quem precisa do investimento, e não quem é mais bonito, quem é desse ou daquele partido. Por isso me orgulho de ser da base do governo, de ser Presidente do PTB estadual, que apoia este governo incondicionalmente em qualquer situação, pela seriedade com que se comporta.

Diferentemente do que acontece em Brasília - porque já estamos cansados de reclamar da tribuna do quanto Minas tem a receber, e ninguém se mexe ou sai da cadeira para falar alguma coisa -, em Minas ao menos há eco daquilo que se propõe fazer. Parabéns, Deputado.

O Deputado Duarte Bechir - Obrigado, Deputado Dilzon Melo. O aparte de V. Exa. nos permite encaminhar parte da discussão pelo conteúdo que V. Exa. aborda, porque não há como falar em progresso sem falar na construção de estradas e no fornecimento de energia elétrica; não há como pretender a melhoria das regiões sem que se propiciem caminhos abertos para o desenvolvimento. Então, V. Exa. nos traz uma luz importante.

O que a Oposição faz momentaneamente nesta Casa, ao criticar a proposta em questão, é apenas dizer que o governo não consegue explicar para que quer os recursos. Mas ela se limita a dizer isso. Dizem que não sabem de nada, que o governo não informa, mas o fato é que não querem enxergar.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte) - Será que nem o Prefeito deles lhes informa, como os de Alfenas, que está sendo beneficiada até Fama, ou de Andradas, que está sendo beneficiada com a estrada? Não são governos da situação, mas do próprio PT. Será que nem deles eles recebem essa informação?

O Deputado Duarte Bechir - Quando as pessoas não querem enxergar, Deputado Dilzon, por mais que se mostre o caminho, a norma ou a lei, perguntam onde é. A gente aponta de novo, mas ele pergunta: onde? Fato é que não quer enxergar, como parte da Oposição nesta Casa. Digo “parte” porque há um setor da Oposição muito responsável, que divide as votações conosco, participa conosco, quer aprovar os projetos de inteligência do nosso governo, que valoriza. Mas há aqueles cujas intervenções são apenas próprias de quem quer atrapalhar o crescimento, de quem não quer ver o Estado crescer, de quem não quer ver Minas se dar bem na administração. São aqueles para quem quanto pior, melhor. E vão trabalhar nessa sequência de ação, esperando que o governo erre, para que, nos pequenos erros ou nas situações que julgam dever trazer à tona, para ganhar alguma vantagem, possam vir aos microfones e, como verdadeiras mariposas, pousar nos holofotes, com a única e pequena ideia de criticar e nunca contribuir.

O aparte de V. Exa. nos impulsiona ainda a trazer ao debate desta tarde um assunto que eu não levantaria, mas o farei em função do que V. Exa. disse. O fato é que 90% dos recursos do governo federal destinados a Minas são para cidades administradas pela base do governo federal. Vale dizer que somente 10% dos que o governo mandou para cá foram sem o carimbo ou a chancela de partidos políticos ou de companheiros de eleição. É muito pouco; 10% é quase nada. Ou seja, o governo federal, que arrecada tudo, que fica com 70% de tudo o que se arrecada no País, manda apenas 10% para Minas Gerais e os seus Municípios que não são da fatia da companheirada.

Aí, o Deputado da Oposição vem a esta tribuna e, como dizem, procurando óleo de peroba, fala que o governo não explica no que vai gastar o recurso que estamos reautorizando, porque ele já está autorizado. Mais do que frisar que estamos reautorizando, quero lembrar que, na verdade, quem vai autorizar é a comissão do Senado, não nós. A maior prova da credibilidade de um Estado é que consiga recursos para sua melhora junto a mecanismos internacionais. E não é prova só da credibilidade, mas também da organização das contas do Estado, embora parte da Oposição, querendo chamar atenção, insista em dizer nesta Casa que Minas está quebrada.

E nós somos obrigados, às vezes, a ouvir e esperar o melhor momento, como este, para argumentar. Quem vai à comissão do Senado Federal, onde a Presidente tem ampla maioria, que domina com qualquer sentimento que ela queira colocar, é que vai dizer se Minas tem ou não tem, pode ou não pode fazer jus ao investimento necessário para o Estado. Uma parte desse investimento que estamos propondo, que continua prevalecendo, senhoras e senhores, é para o projeto Minas mais Segura. A reclamação da Oposição é que faltam ao governo de Minas ações mais importantes e decisivas voltadas para a área da segurança pública. Eles pedem: “Olhem, o governo não está atendendo a segurança pública”. Primeiro ponto da reclamação da Oposição é que pedem mais recursos, mas esquecem-se de que o governo federal manda para Minas Gerais menos de 5% daquilo que se gasta com segurança pública no Estado.



O primeiro item desse projeto, do qual tenho a honra de ser relator, é o projeto Minas mais Segura. Reclamam que não há segurança, e, quando vamos trazer recursos para uma Minas com mais segurança, vêm à tribuna e dizem: “Mas eu não sei, o governo não explicou em que vai gastar o dinheiro, em que vai usá-lo”. Então, reclamam que não têm, mas fingem que não veem.

Olhem, é melancólico estar aqui na tribuna a cada momento dizendo, quase que num coro uniforme, o mesmo recado para o governo federal: “Sra. Presidente, Minas Gerais merece mais respeito. Minas Gerais merece mais consideração. Já digo e repito, se V. Exa. realmente tem orgulho de ter nascido aqui, tem de olhar mais, com responsabilidade, para Minas Gerais”.

No projeto de lei em apreço foi necessária a alteração pelo seguinte motivo: no texto original, solicitávamos ao BID a quantia de US\$700.000.000,00 americanos, a serem aplicados na execução de ações do programa Minas Logística e Segurança Pública. Esse é o texto original. Foi trocado, também incluídos, além do Minas mais Segura, infraestrutura da defesa social, ensino e treinamento de servidores do sistema de defesa social, gestão integrada da defesa social, Copa de 2014. Ou seja, naquilo que esperávamos ser contemplados nesse projeto, mudou-se a regra, e foi necessário alterarmos a lei para sermos contemplados com essas situações aqui apresentadas. Agora, dizer que não sabe... Dizer que não conhece... O projeto, na íntegra, encontra-se aqui, para todo e qualquer Deputado que queira saborear, que queira tornar-se conhecedor da matéria, poder conhecer e, de fato, chegar ao microfone e dizer a toda Minas Gerais que o projeto realmente é importante para o Estado.

Faço uma alusão ao projeto. O governo federal baixou uma norma, na semana retrasada, possibilitando ao povo brasileiro comprar carro com redução do IPI. O que vem a ser o IPI? Imposto sobre Produtos Industrializados. O IPI é um dos mais importantes impostos, que compõe as receitas dos Municípios e dos Estados. O IPI, portanto, é fundamental. É de suma importância para as receitas dos Municípios e do Estado. Ele é muito importante para a União. O dinheiro do IPI é muito importante para a União? Não. Ele é mais importante para os Estados e para os Municípios. Então, por que, Deputado, o IPI é importante para Estados e Municípios e não é, de todo, importante para a União? Eu gostaria de saber.

Sei que essa pergunta deve estar sendo feita por muitos daqueles que nos veem e talvez por alguns que estejam na Casa na tarde de hoje. É porque, além da arrecadação do IPI, o governo federal tem outras fontes de arrecadação que não divide, não partilha, nem com os Estados nem com os Municípios. Então o governo, quando de fato quer fazer algo que possa ser bom para o brasileiro, faz contrário aos interesses dos Municípios e dos Estados.

Podem perguntar: Deputado, mas por que o governo age dessa forma? Muito simples. O IPI, para a Presidente Dilma Rousseff, é insignificante, mas para os Estados e Municípios é muito valioso. Deputado, então podemos afirmar categoricamente que a Presidente Dilma Rousseff faz festa com o chapéu alheio? Sim. Deputado, podemos dizer que ela está fazendo gracinha com o dinheiro do povo? Sim. Deputado, podemos dizer que a Presidente é irresponsável? Sim. Claro que é, porque ela não precisa do IPI para continuar jogando dinheiro fora, para tratar de marmanjo que retira dinheiro dos cofres públicos em Brasília e some com ele. O dinheiro está sobrando, então ela pode deixar à vontade. Deixa à vontade. É triste chegar à conclusão a que chegamos. Dizer que o Presidente da Casa da Moeda, o homem que cunhava as moedas e fazia o dinheiro, também estava roubando. Foi tirado do serviço, foi tirado do trabalho, e pergunto aos mineiros: alguma providência foi tomada para ele devolver o dinheiro, que é do povo, que era da saúde e da educação? Não. Agora Minas Gerais precisa buscar nos mecanismos internacionais recursos para melhorar a segurança pública, para dar melhor vida aos mineiros, e vem o povo da Oposição aqui dizer que não sabe por que vamos aprovar o tal projeto.

Com todo o prazer, Deputado João Leite, concedo-lhe aparte, até para eu tomar um fôlego, porque é brincadeira às vezes ter que suportar, nesta Casa, algumas falsidades, algumas coisas que não são trazidas às claras, que preferem esconder. Prazerosamente, concedo aparte ao deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, V. Exa. nos provoca com seu entusiasmo, sua luta em favor de Minas Gerais, sua briga em favor do nosso Estado. Lamentavelmente, o partido que esperávamos que defendesse Minas Gerais, o PT, vem a esta tribuna permanentemente para desmerecer o nosso Estado. Minas Gerais não merece isso. Os líderes de Minas Gerais não merecem isso.

Lembro-me, o PSDB no governo, da nossa luta em busca de recursos para Minas Gerais. Foi dessa maneira que Fernando Henrique duplicou 600km da 381, de Belo Horizonte até São Paulo; foi assim que Fernando Henrique fez nove estações do metrô em Belo Horizonte; e depois dele nada mais foi feito. Por isso, é muito importante que tenhamos agora recursos para mobilidade urbana. Não é possível mais esperar o metrô. Para piorar, o metrô de Belo Horizonte tem 27km de linha, enquanto o metrô de Paris tem 400km de linha, e os metroviários estão em greve. As pessoas estão sofrendo, a cidade de Belo Horizonte está parada. E vêm aqui os representantes do governo federal, do PT, e não querem que cobremos, não querem que falemos. O governo de Minas não tem condição nenhuma de resolver a greve dos metroviários, a greve do metrô, dos funcionários da CBTU, que é um órgão do governo federal. É esse governo federal que tem que discutir com os trabalhadores, que tem que atender os trabalhadores. Se demorar muito, Deputado Duarte Bechir, temos de chamar os trabalhadores do metrô aqui para ajudá-los, para buscar o entendimento.

Sabem quanto foi proposto de aumento para os servidores do metrô? Sabem quanto o governo federal, da Presidente Dilma, ofereceu aos metroviários? Zero de aumento. Eles estão em greve por tempo indeterminado. Quem sofre? O PT? Não, a população pobre de Belo Horizonte, da região do Eldorado e de Nova Contagem que trabalha em Belo Horizonte, de Venda Nova e Justinópolis que busca na Estação Vilarinho os trens do metrô para chegar ao trabalho. Portanto são eles que estão sofrendo.

Sr. Presidente, sei que estou extrapolando no tempo, mas já concluirei. É importante dizer que não há nem uma palavra do PT em favor dos metroviários, de um aumento para os trabalhadores do metrô. Não há nem uma palavra do PT em favor da população pobre de Minas Gerais, de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, que depende dos 27km de metrô, que além disso, está hoje abandonada, dependendo dos ônibus do DER que fazem a região metropolitana. Isso é lamentável. Deputado Duarte Bechir, é gol contra. O PT está chutando contra Minas Gerais, contra o nosso gol, ataca e não defende o nosso Estado e quer falar aqui de UDN. Quem está atacando o mineiro é o PT. Como atacaram o JK, estão atacando Aécio Neves. Não nos vamos calar, mas, sim, denunciar o que o PT está fazendo, que é nada. Na verdade, está calado diante do abandono de Belo Horizonte e de Minas Gerais e não atinge a população que tem carro, mas os pobres da Região Metropolitana e do Estado.



O Deputado Duarte Bechir - Obrigado, Deputado João Leite. Para concluir, Sr. Presidente, quero chamar a atenção daqueles que nos veem. Em muitos momentos as pessoas podem pensar que este Deputado é contrário ao governo federal. Não sou. Tenho minhas razões para defender Minas Gerais. Em recente pesquisa, a Presidenta Dilma Rousseff teve uma avaliação menor em Minas Gerais do que nos demais Estados. Na verdade, a pior, ou seja, 15%. Isso nos indica uma condição: Presidenta, mande recurso e nos valorize. Até o presente estamos ganhando é só uma banana. A Oposição da senhora aqui finge não estar em Minas Gerais e se esquece de defender nosso Estado. Além disso, deixa-nos cobrando sozinhos de V. Exa. as necessidades do Estado; e a senhora, mandando banana. Queremos recurso. Buscando recurso no exterior a 3% e pegando com a senhora a 6%. O dinheiro do Brasil é para dar condições de vida, e não ganhar com agiotagem. Mudaremos isso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 22/5/2012, que nomeou João Luiz Ribeiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Willian Pereira de Paula para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fred Costa

exonerando Joana Darque de Magalhães Horta do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Michelle Cristina da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Wheatstone Quintino de Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Izabella Madureira Simões para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Joana Darque de Magalhães Horta para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Wheatstone Quintino de Almeida para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Patricia Pace Peixoto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Wolney Batista Ferreira Machado do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Ana Carolina Faria Quintão para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Patricia Pace Peixoto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Decio Rodrigues Butori do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso;

nomeando Wolney Batista Ferreira Machado para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Antônio Eustáquio Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando Frederico Henriques Figueiredo Coura Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.